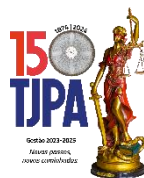




PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará



## SERVIÇO DE LICITAÇÕES

DA SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO

# **TJPA – EDITAL DO PE 019/2026 (90019/2026) – Aquisição de Mobiliários Diversos destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. SEI - 0012656-33.2026.8.14.0900**

Para participar, é essencial conhecer os normativos  
internos do TJPA.

INSTRUÇÕES  
NORMATIVAS  
TJPA



Endereço do Serviço de Licitações:  
*Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.*  
Retire o edital e acompanhe esta licitação  
e seus atos, via **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**



#### CONTATO

[licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br)  
(91) 3205-3257

← Portal de  
Licitações do  
TJPA



**SERVIÇO DE  
LICITAÇÕES**  
DA SECRETARIA  
DE ADMINISTRAÇÃO

# VITRINE – MURAL



## OBJETO E DATA DE ABERTURA

**OBJETO:** Aquisição de Mobiliários Diversos destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**DATA DE ABERTURA:** 12/05/2026

**HORÁRIO:** 09:00

**LOCAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



## CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

**CRITÉRIO PARA LANCE:** Menor Preço

**TIPO:** Menor Preço por grupo

**MODO DE DISPUTA:** Aberto



## NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

TJPA- SEI 0012656-  
33.2026.8.14.0900  
**UASG:** 925942



## PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

**PRAZO:** 02 horas após solicitação do agente de contratação



## VALOR ESTIMADO

**VALOR GLOBAL DO CERTAME:**  
R\$ 7.492.639,87



## LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

[ ] SIM [X] NÃO



## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**JURÍDICA:** Item 14.8.3

**ECONÔMICA:** Item 14.8.2

**TÉCNICA:** Item 14.8.1



## PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

**PRAZO:** Até às 23h59min do dia 07/05/2026

**FORMA:** via email:  
[licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br)



## INFORMAÇÕES GERAIS

Garantia dos itens por lote:  
Lotes 1 – Mobiliário em MDF e Lote 2 – Mobiliários Diversos, a garantia mínima deverá ser de 05 (cinco) anos Lote 3 – Tapetes, a garantia mínima deverá ser de 02 (dois) anos.

# Sumário

1. PREÂMBULO.....	4
2. DO OBJETO .....	5
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	9
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	12
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	13
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	167
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	201
9. TERMO DE CONTRATO.....	266
10. DOS RECURSOS.....	27
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	28
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	31
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	312



# 1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 004/2025-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 02 de setembro de 2025, torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 01/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br), informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

1.3. **FONTE DE RECURSOS:**

Dotações utilizadas pelo Pedido :			
Dotação	: 2026/133 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	3.045.733,81
Programa de Trabalho	: 04.102.02.061.1417.8297 - Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau		
Elemento de Despesa	: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 4.4.90.52.42.00.00.00 - MOBILIARIO EM GERAL		
Item de Despesa	: 2688 - Aquisição de mobiliário em geral (SEADM)		
Dotação	: 2026/135 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	1.694.800,56
Programa de Trabalho	: 04.102.02.061.1417.8349 - Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 2º Grau		
Elemento de Despesa	: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 4.4.90.52.42.00.00.00 - MOBILIARIO EM GERAL		
Item de Despesa	: 2688 - Aquisição de mobiliário em geral (SEADM)		
Dotação	: 2026/212 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	95.756,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8194 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 2º Grau		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.30.24.01.00.00 - MATERIAL PARA MANUTENCAO BENS IMOVEIS - 510102		
Item de Despesa	: 1197 - Material de expediente (SEADM)		



FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIAL

Página 3 de 3

Relação - Pedidos da Despesa/Itens/Dotação - TJPA

23/04/2026 15:33:27

Dotações utilizadas pelo Pedido :

Dotação	: 2026/357 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	2.656.349,50
Programa de Trabalho	: 04.102.02.061.1417.8349 - Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 2º Grau		
Elemento de Despesa	: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
Fonte de Recurso	: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos		
Destinação	: 0109757 - Spread - Lei 8.312 [SIAFE 0000.01.009757]		
Rubrica Item	: 4.4.90.52.42.00.00.00 - MOBILIARIO EM GERAL		
Item de Despesa	: 2688 - Aquisição de mobiliário em geral (SEADM)		

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



## **2. DO OBJETO**

**2.1.** Contratação de empresa especializada para a aquisição de Mobiliários Diversos destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

2.1.1 A licitação será realizada em 03 (três) grupos contendo diversos itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens.

o compõem.

2.1.2 Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



## 3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5 Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006..**

**3.6** Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.2.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.6.2.2 estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

3.6.2.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

3.6.3 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.6.4 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.7 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7** O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.8** O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.9** A vedação de que trata o item 3.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



## **4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3** Para fins de análise e julgamento, o licitante melhor classificado na fase de lances deverá encaminhar, quando convocado pela pregoeira, simultaneamente a proposta de preços e a documentação de habilitação, em conformidade com os critérios objetivos definidos neste instrumento convocatório. Só estarão aptos à fase de análise de amostras os licitantes classificados e habilitados..

**4.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.5** O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. A comprovação será realizada mediante consulta à certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5.1 Da análise da documentação apresentada, poderão ser identificadas as seguintes situações:

4.5.1.1 Caso seja comprovado o cumprimento das exigências legais, o licitante será considerado habilitado para prosseguir no certame.



**4.5.1.2** Na hipótese de descumprimento ou ausência da comprovação, o Tribunal de Justiça notificará o licitante para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa e a critério da administração, apresente a Certidão atualizada que demonstre a regularidade no cumprimento da reserva de cargos.

**4.5.1.3** O não atendimento ao disposto no item 4.5.1.2 no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, conforme previsão contida na legislação vigente.

**4.6** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for caso.

**4.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7.1** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item, quando for o caso.

**4.7.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.8** A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.13** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13.3 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 013 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor

5.1.1 Marca;

5.1.2 Fabricante.

**5.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

**5.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

**5.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.9** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



## 6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 6.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.14** No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.15** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.16** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.17** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.17.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.17.2** A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.17.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.17.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos

subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.18** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1 empresas estabelecidas no Estado do Pará;

6.18.2.2 empresas brasileiras;

6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3 Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

**6.19** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

**6.20** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4 O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.20.5 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.**

**6.21** Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## 7 DA FASE DE JULGAMENTO

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**7.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício.

**7.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**7.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;



- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8** O agente de contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

7.8.1 O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

7.8.2 Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.3 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

**7.9** No caso de **bens** e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

7.9.2 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.3 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**7.10.4** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.11** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.12** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.12.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.13** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.14** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.15** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.16** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.17** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.18** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.19** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance

ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no item 5.4 do Termo de Referência.



## 8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio admitido pela administração.

**8.6** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.7** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei nº 9.990 (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.8** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.8.1** O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o item 4.5 e seguintes do presente instrumento convocatório.

**8.9** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.11** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**8.12** A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação. No presente certame os documentos de habilitação serão solicitados juntamente com a proposta.

**8.12.2 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.**

8.12.3 Na hipótese da fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.13** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.14** A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

**8.15** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.16** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.20.4.

**8.17** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.18** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **8.19 Habilitação jurídica:**

8.19.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.19.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.19.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.20 Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.20.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.20.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.20.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **8.21 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.21.1 Conforme subitem 14.8.2. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

## **8.22 Qualificação Técnica:**

8.22.1 Conforme Item 14.8.1. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

**8.23** O(A) agente de contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

8.23.1 A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

8.23.2 Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

8.23.3 A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

**8.24** A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.25 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**8.25** Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.24, o agente de contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

**8.26** O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**8.26.1** **É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.**

**8.27** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**8.28** O TJPA possibilitará 01 (uma) oportunidade para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente.





## **9 DO TERMO DE CONTRATO**

**9.1.** Após a homologação e adjudicação, sendo o caso de contratação, será formalizado o instrumento contratual ou outro instrumento equivalente, nos termos deste Edital.

**9.2.** A Administração convocará o adjudicatário para assinatura do instrumento contratual ou para aceitação ou retirada de instrumento equivalente, devendo atendê-la no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

**9.3.** A convocação para assinatura dar-se-á por meio eletrônico, mediante envio, ao endereço eletrônico informado pelo adjudicatário, de:

I – link para realização de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, quando ainda não possuir acesso; e

II – link para assinatura eletrônica do instrumento contratual, após a efetivação do cadastro.

**9.4.** O prazo previsto no item 9.2 abrange:

I – a realização do cadastro no SEI; e

II – a assinatura eletrônica do instrumento contratual ou a aceitação ou retirada do instrumento equivalente.

**9.5.** O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, inclusive quanto à realização do cadastro no SEI, será considerado recusa injustificada à contratação.

**9.6.** O prazo previsto no item 9.2 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário, apresentada durante o seu transcurso, e desde que aceita pela Administração.

**9.7.** Na hipótese de o adjudicatário não assinar o termo de contrato, nem aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**9.8.** Previamente à assinatura do instrumento contratual, será verificada a manutenção das condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

**9.9.** O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência."



## **10. DOS RECURSOS**

**10.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.3 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.4 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.6 deixar de apresentar amostra;

11.1.7 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.8 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.9 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

11.1.10 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.11 fraudar a licitação.

11.1.12 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.12.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.12.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.12.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.14 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**11.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência:

11.2.2 Multa:

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar:

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 As multas serão estabelecidas conforme especificado no item 18 do Termo de Referência e recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1, 11.1.1 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 11.1.11, 11.1.12, 11.1.13 e 11.1.14, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 09, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão

composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



## 12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.2 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico:** [licitação@tjpa.jus.br](mailto:licitação@tjpa.jus.br) .

12.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



## 13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.2 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos
- 13.11.2 ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

Belém/PA, 28 de abril de 2026.

**MAURÍCIO CRISPINO GOMES**

Secretário de Administração



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Divisão de Suprimentos

**Termo de Referência**

Divisão de Suprimentos

Nº 041 - Versão 01

Demanda: Aquisição de Mobiliários Diversos destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Nº SEI / SIGA-DOC: 0012656-33.2026.8.14.0900

**1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023**

**1.1. Da definição**

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de mobiliários diversos, incluindo balcões, mesas retas e plataformas de trabalho, armários, cadeiras, poltronas, sofás, tapetes e floreiras, com fornecimento, transporte, entrega e, quando aplicável, montagem e instalação, destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:**

- ☒ Fornecimento / Aquisição de bens  
☐ Contratação de serviços  
☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva  
☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva  
☐ Natureza não contínua  
☐ Contratação de serviços de arquitetura/engenharia  
☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva  
☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva  
☐ Natureza não contínua  
☐ Contratação de serviços especiais  
☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva  
☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva  
☐ Natureza não contínua

**1.3. O objeto é especificado como bem "de luxo"? - Portaria nº 2.029/2023-GP (TJPA)**

- ☒ Não  
☐ Sim – Justificativa:

**2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1 – MOBILIÁRIO EM MDF					
1	Balcão 85 cm com Anteparo - 163 x 83 x 85 cm	Unidade	1	R\$ 11.886,67	R\$ 11.886,67
2	Mesa Individual Linear - 140 x 60 x 73 cm	Unidade	120	R\$ 3.393,25	R\$ 407.190,00



3	Mesa Individual Linear - 120 x 60 x 73 cm	Unidade	96	R\$ 2.708,33	R\$ 259.999,68	
4	Mesa Individual Linear - 100 x 60 x 73 cm	Unidade	1	R\$ 2.627,33	R\$ 2.627,33	
5	Mesa Complemento Lateral Linear - 80 x 60 x 73 cm	Unidade	120	R\$ 2.427,33	R\$ 291.279,60	
6	Mesa Plataforma Dupla Inicial - 140 x 120 x 73 cm	Unidade	104	R\$ 3.701,88	R\$ 384.995,52	
7	Mesa Plataforma Dupla Conexão - 140 x 120 x 73 cm	Unidade	51	R\$ 4.698,76	R\$ 239.636,76	
8	Painel Divisor Frontal – 140 x 0,9 x 37,6 cm	Unidade	155	R\$ 627,00	R\$ 97.185,00	
9	Mesa Gerencial - 220 x 90 x 73 cm e Armário de Apoio – 120 x 50 x 60 cm	Unidade	50	R\$ 17.000,00	R\$ 850.000,00	
10	Mesa Reunião Redonda - 120 x 73 cm	Unidade	49	R\$ 4.106,00	R\$ 201.194,00	
11	Mesa de Reunião Retangular - 120 x 280 cm	Unidade	2	R\$ 5.669,00	R\$ 11.338,00	
12	Gaveteiro Volante - 35 x 50 x 60 cm	Unidade	520	R\$ 1.720,60	R\$ 894.712,00	
13	Armário Baixo 3 Portas - 120 x 50 x 73 cm	Unidade	53	R\$ 3.492,90	R\$ 185.123,70	
14	Armário Baixo 2 Portas - 80 x 50 x 73 cm	Unidade	10	R\$ 2.115,63	R\$ 21.156,30	
15	Armário Baixo 1 Porta, com abertura à direita - 40 x 50 x 73 cm	Unidade	1	R\$ 1.450,25	R\$ 1.450,25	
16	Armário Baixo 1 Porta, com abertura à esquerda - 40 x 50 x 73 cm	Unidade	1	R\$ 1.450,25	R\$ 1.450,25	
17	Armário Médio 1 Porta – Adaptado para Bebedouro - 40 x 60 x 160 cm	Unidade	50	R\$ 4.626,00	R\$ 231.300,00	
18	Armário Médio Sem Portas para Micro-ondas e Frigobar - 60 x 60 x 160 cm	Unidade	50	R\$ 5.172,50	R\$ 258.625,00	
19	Armário Alto Porta Única – Adaptado com Cabideiro - 60 x 60 x 190 cm	Unidade	49	R\$ 5.028,67	R\$ 246.404,83	
20	Armário Alto com Porta na parte superior para Micro-ondas e Frigobar - 60 x 60 x 190 cm	Unidade	49	R\$ 4.900,00	R\$ 240.100,00	
21	Armário Baixo com Tampo Único – 160 x 50 x 73 cm	Unidade	50	R\$ 6.100,00	R\$ 305.000,00	
22	Floreira - 120 x 28,2 x 73 cm	Unidade	60	R\$ 900,00	R\$ 54.000,00	
TOTAL LOTE 1					R\$ 5.196.654,89	
LOTE 2 – MOBILIÁRIO DIVERSOS						
23	Mesa Lateral Redonda 30 com Base Sólida - 30 x 55 cm	Unidade	12	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00	
24	Mesa Lateral Redonda com Tampo 45º - 55 x 57 cm	Unidade	6	R\$ 1.850,00	R\$ 11.100,00	
25	Mesa Tampo Irregular – Maior - 77 x 48,6 x 40 cm	Unidade	49	R\$ 3.245,00	R\$ 159.005,00	
26	Mesa Tampo Irregular – Menor - 45,6 x 45,7 x 45 cm	Unidade	49	R\$ 2.420,00	R\$ 118.580,00	
27	Cadeira Estofada com Braços - 55 x 62 x 84 cm	Unidade	106	R\$ 6.245,33	R\$ 662.004,98	
28	Cadeira com Braços e Base Giratória - 59 x 46 x 82 cm	Unidade	20	R\$ 3.200,00	R\$ 64.000,00	
29	Poltrona com Braços e Base Giratória - 83 x 72 x 76 cm	Unidade	55	R\$ 6.943,00	R\$ 381.865,00	
30	Poltrona Fixa com Braços - 65 x 70 x 77 cm	Unidade	12	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00	
31	Sofá 3 Lugares - 185 x 81,5 x 72 cm	Unidade	51	R\$ 5.200,00	R\$ 265.200,00	
32	Sofá 2 Lugares - 135 x 81,5 x 72 cm	Unidade	1	R\$ 3.900,00	R\$ 3.900,00	
33	Sofá 2 Lugares - 200 x 95 x 85 cm	Unidade	8	R\$ 8.459,00	R\$ 67.672,00	
34	Mesa Lateral de Apoio Pequena - 30 x 60 cm	Unidade	48	R\$ 2.987,00	R\$ 143.376,00	
35	Mesa Lateral com Tampo em Madeira - 50 x 50 cm	Unidade	54	R\$ 4.569,00	R\$ 246.726,00	
TOTAL LOTE 2					R\$ 2.200.228,98	
LOTE 3 - TAPETES						
36	Tapete Neutro - 150 x 100 cm	Unidade	50	R\$ 578,50	R\$ 28.925,00	
37	Tapete Neutro - 250 x 150 cm	Unidade	50	R\$ 1.138,75	R\$ 56.937,50	
38	Tapete Clássico - 150 x 200 cm	Unidade	2	R\$ 952,00	R\$ 1.904,00	

39	Tapete Clássico - 150 x 100 cm	Unidade	4	R\$ 578,50	R\$ 2.314,00	
40	Tapete Clássico - 250 x 150 cm	Unidade	2	R\$ 1.138,75	R\$ 2.277,50	
41	Tapete Clássico - 300 x 200 cm	Unidade	2	R\$ 1.699,00	R\$ 3.398,00	
<b>TOTAL LOTE 3</b>					<b>R\$ 95.756,00</b>	
<b>TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>					<b>R\$ 7.492.639,87</b>	

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

#### 3.1. Fundamentação:

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de mobiliários diversos destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme necessidade devidamente identificada no Estudo Técnico Preliminar.

A demanda decorre da necessidade de dotar os gabinetes de desembargo de infraestrutura física adequada, garantindo ambientes organizados, funcionais, ergonômicos e compatíveis com a relevância das atividades jurisdicionais de segundo grau. A disponibilização de mobiliário adequado contribui diretamente para a melhoria das condições de trabalho de magistrados e servidores, bem como para o aumento da eficiência administrativa e da qualidade da prestação jurisdicional.

Adicionalmente, a contratação visa promover a padronização dos ambientes institucionais, racionalizando o uso dos espaços físicos e alinhando-os à identidade visual do Tribunal, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021.

A contratação está em conformidade com a Portaria Nº 1752/2025, a qual trata da aprovação da 1ª edição do Catálogo do Mobiliário do Poder Judiciário do Estado do Pará, com especificações técnicas padronizadas para móveis e equipamentos, bem como padroniza regras de uso e atendimento de bens móveis permanentes, além de atender aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, permitindo entregas parceladas, otimização de recursos e resposta imediata às necessidades institucionais.

Ressalta-se que, conforme análise constante no Estudo Técnico Preliminar, a solução de aquisição de mobiliário padronizado mostrou-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, especialmente quando comparada às alternativas de manutenção dos bens existentes ou locação de mobiliário, considerando a durabilidade dos bens, a ausência de custos continuados e a incorporação ao patrimônio público.

A contratação também se justifica pela necessidade de substituição de mobiliários obsoletos ou inadequados, bem como pela estruturação de novos gabinetes, assegurando condições mínimas de operacionalidade e suporte às atividades desempenhadas no âmbito do 2º grau de jurisdição.

O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano Anual de Contratações – PAC 2026, conforme expediente administrativo SEI nº 0023148-84.2026.8.14.0900, estando alinhado ao planejamento institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Adicionalmente, quanto à forma de parcelamento do objeto, optou-se, no presente Termo de Referência, pela divisão em 03 (três) grupos/lotes, em ajuste ao inicialmente previsto no Estudo Técnico Preliminar, que indicava o parcelamento em 02 (dois) grupos/lotes. Tal adequação decorre do aprimoramento da fase de planejamento da contratação, com melhor detalhamento técnico dos itens e da dinâmica de fornecimento, permitindo o agrupamento dos mobiliários por similaridade funcional e logística. A medida visa ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores especializados, sem prejuízo da padronização e da integração dos ambientes, ao mesmo tempo em que favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. Ressalta-se que o parcelamento em 03 grupos mantém a viabilidade técnica da execução, preserva a eficiência na gestão contratual e está em consonância com o disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

#### 3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
Não se aplica	Não se aplica	SEI - 0023148-84.2026.8.14.0900	Não se aplica

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

A solução proposta consiste na aquisição de mobiliários destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, contemplando o fornecimento, transporte, entrega e, quando aplicável, montagem e instalação, organizados por meio de 03 (três) grupos/lotes, definidos conforme a natureza e especificidade dos itens, a saber: Lote 1 – Mobiliário em MDF; Lote 2 – Mobiliários Diversos; e Lote 3 – Tapetes.

O Lote 1 – Mobiliário em MDF compreende itens predominantemente estruturais e sob medida, como mesas, balcões, plataformas de trabalho e armários, os quais demandam maior padronização, precisão dimensional e compatibilidade com os layouts dos gabinetes. O Lote 2 – Mobiliários Diversos abrange itens complementares, como cadeiras, poltronas e sofás, caracterizados por maior diversidade de materiais e especificações técnicas. Já o Lote 3 – Tapetes contempla itens de acabamento e ambientação, com características próprias de fornecimento e instalação.

A divisão em lotes visa promover maior competitividade e especialização dos fornecedores, sem prejuízo da padronização estética e funcional dos ambientes, permitindo que empresas com expertise específica em cada segmento participem do certame, ao mesmo tempo em que se assegura a integração dos espaços institucionais.

Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução abrange todas as etapas necessárias à sua adequada implementação e utilização, conforme descrito a seguir:

- a) Planejamento e especificação: definição dos requisitos técnicos, quantitativos e padrões de qualidade dos itens, por lote, com base nas necessidades institucionais, nos layouts dos gabinetes e nas diretrizes de padronização do Tribunal;
- b) Fornecimento por lote: fabricação e disponibilização dos bens conforme as especificações estabelecidas, observando-se as particularidades de cada lote, especialmente quanto aos materiais (como MDF), processos produtivos e requisitos de acabamento;
- c) Logística e transporte: realização do transporte dos itens até os locais indicados pela Administração, de forma coordenada entre os lotes, garantindo a integridade dos produtos e a compatibilização dos cronogramas de entrega;
- d) Entrega e instalação: execução da entrega e, quando aplicável, montagem e instalação dos mobiliários, com maior relevância para o Lote 1 (mobiliário em MDF), que poderá demandar ajustes e fixações específicas, devendo ser assegurada a integração entre os itens dos diferentes lotes;
- e) Recebimento e conferência: realização do recebimento provisório e definitivo, por lote, mediante verificação da conformidade dos bens com as especificações técnicas, incluindo atendimento às normas da ABNT aplicáveis e aos requisitos de ergonomia previstos na NR-17, quando couber;
- f) Uso e manutenção: utilização dos mobiliários pelos magistrados e servidores, com garantia mínima, sendo a responsabilidade por manutenção corretiva atribuída aos respectivos fornecedores de cada lote;
- g) Desfazimento: ao final da vida útil, os bens serão submetidos a procedimentos de desfazimento, conforme normas de gestão patrimonial e diretrizes de sustentabilidade, incluindo reaproveitamento, doação ou descarte ambientalmente adequado.

A estruturação da solução em lotes distintos permite conciliar eficiência administrativa, ampliação da competitividade e qualidade técnica, assegurando a adequada execução contratual e o atendimento pleno das necessidades institucionais, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

Para garantir que a aquisição dos mobiliários atenda às necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará- TJPA, a contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos:

### Requisitos Técnicos:

Os mobiliários adquiridos deverão atender às especificações mínimas que forem discriminados no Termo de Referência.

Os mobiliários, especialmente cadeiras e estações de trabalho, deverão atender às disposições da Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) – Ergonomia, do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo condições adequadas de uso contínuo, com foco na saúde, segurança e bem-estar de magistrados e servidores.

Os mobiliários deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis ao objeto, especialmente às NBRs pertinentes a mobiliário corporativo, garantindo conforto, segurança, estabilidade, resistência e usabilidade adequada para ambientes de trabalho institucionais.

Os bens deverão possuir garantia mínima, com suporte do fornecedor para manutenção corretiva durante o período estabelecido.

Os materiais utilizados na fabricação (estruturas metálicas, estofamentos, espumas, bases e encostos) deverão ser de alta resistência, compatíveis com uso intenso e contínuo. Os itens devem suportar peso e esforço repetitivo, sem comprometer a integridade da estrutura.

### Requisitos Operacionais:

A entrega deverá ocorrer em remessas únicas ou parceladas, dentro dos prazos estabelecidos de envio/entrega e quando aplicável, montagem e instalação dos mobiliários nos locais indicados pela Administração.

O contratado será responsável pelo transporte, entrega e, quando aplicável, montagem e instalação completa dos mobiliários nos locais indicados pela Administração, assegurando seu pleno funcionamento.

### Requisitos Administrativos:

A empresa fornecedora deverá garantir assistência técnica autorizada no Brasil, durante o período de garantia, com suporte técnico disponível para eventuais necessidades de manutenção corretiva ou troca de produtos defeituosos.

A contratação deve assegurar conformidade com as normas de transparência e eficiência previstas na Lei Nº 14.133/2021.

### Requisitos Licitatórios:

A contratação será realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, com critério de Menor preço por Lote.

O Pregão Eletrônico é a modalidade mais adequada para a aquisição de bens comuns, conforme disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei Nº 14.133/2021.

O critério de Menor Preço por Lote para a aquisição dos mobiliários e tapetes visa assegurar a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos. A escolha por lote garante a padronização e facilita a logística de entrega, além de reduzir riscos operacionais. Essa abordagem também promove a competitividade entre os fornecedores, resultando no melhor custo-benefício, em conformidade com a Lei Nº 14.133/2021.

## 5.1. Da sustentabilidade

### (X) Financeira:

A aquisição visa eliminar custos recorrentes com manutenção dos mobiliários, proporcionando uma economia de longo prazo.

A aquisição de produtos com maior durabilidade reduz o descarte de resíduos no meio ambiente, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 sobre sustentabilidade.

**(X) Ambiental:**

Considerando o art. 11 do capítulo I da Lei nº 14.133/2021, que lista os objetivos do processo licitatório, destaca-se o inciso IV que incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, a matéria-prima MDF, utilizada na fabricação dos móveis, deverão ser originários de manejo florestal sustentável ou de áreas de reflorestamento.

Será(ão) exigidos certificação "Forest Stewardship Council" (FSC – manejo sustentável) e/ou certificação CEFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) dos licitantes que ofertarem produtos que contenham componentes fabricados com matéria-prima MDF (Medium Density Fiberboard) e certificado de conformidade com as normas ABNT NBR ISO 14020:2002 e ABNT NBR ISO 14024:2004.

**(X) Social:**

A FORNECEDORA não deverá possuir no seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Deverá ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/91 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

**(X) Plano de Logística Sustentável – PLS:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, esta contratação impactará no Plano de Logística Sustentável do TJPA 2021/2026 (PLS-TJPA) no(s) seguinte(s) tema(s):

- ☐ Consumo de papel;
- ☐ Consumo de copos descartáveis;
- ☐ Consumo de água mineral envasada;
- ☐ Impressão (aquisições de equipamentos e suprimentos ou outsourcing etc.);
- ☐ Consumo e gastos com energia elétrica;
- ☐ Consumo e gastos com água e esgoto;
- ☒ Geração de resíduo;
- ☐ Reformas e construções
- ☐ Serviço de limpeza (aumento da área de limpeza no TJPA etc.);
- ☐ Serviço de vigilância - aumento no número de postos;
- ☐ Gastos com telefonia;
- ☐ Gasto com contratos de veículos (locação sem motorista);
- ☐ Consumo de combustível
- ☐ Apoio ao serviço administrativo
- ☐ Ação de qualidade de vida;
- ☐ Ação de capacitação socioambiental;
- ☐ Equidade e diversidade (cotas sociais etc.)
- ☐ Não demandará ou resultará em nenhum dos itens acima.

**5.2. Indicação de marcas ou modelos - [art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021](#)**

Para a presente contratação, não haverá indicação restritiva de marcas ou modelos, sendo assegurada a ampla competitividade do certame, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, o Anexo I – Caderno de Especificações apresenta marcas e linhas como referência de qualidade e padrão estético, tais como exemplos de acabamentos, cores, soluções construtivas e design, a fim de melhor caracterizar o objeto pretendido pela Administração, especialmente no que se refere à padronização dos gabinetes de desembargadores.

A utilização dessas referências tem caráter meramente exemplificativo e orientativo, com a finalidade de:

- estabelecer um nível mínimo de qualidade e acabamento esperado;

- facilitar a compreensão das especificações técnicas por parte dos licitantes;
- assegurar a uniformidade estética e funcional dos ambientes institucionais;
- evitar ambiguidades na descrição dos itens, especialmente em mobiliários com características visuais e construtivas relevantes.

Dessa forma, será admitido o fornecimento de produtos de qualquer marca ou modelo, desde que comprovadamente atendam integralmente às especificações técnicas, funcionais, dimensionais, ergonômicas e de qualidade descritas no Anexo I – Caderno de Especificações.

A eventual menção a marcas ou linhas específicas deverá ser interpretada como acompanhada da expressão “ou similar”, cabendo ao licitante demonstrar, por meio de documentação técnica, catálogos, fichas técnicas ou outros meios idôneos, a equivalência do produto ofertado em relação às características exigidas.

Assim, a Administração assegura o atendimento ao princípio da isonomia e da competitividade, ao mesmo tempo em que resguarda o interesse público quanto à qualidade e padronização dos bens a serem adquiridos.

### **5.3. Da vedação de contratação de marca ou produto**

**(X) NÃO SE APLICA**

### **5.4. Da exigência de amostra**

Para fins de verificação da conformidade dos móveis, acessórios ou materiais ofertados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, a avaliação das amostras será realizada de forma distinta, conforme o lote. Para os Lotes 1 e 2, a avaliação será realizada in loco, no local indicado pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e devidamente habilitado. Para o Lote 3, a avaliação será realizada no TJPA, em Belém, mediante apresentação de amostra em dimensões reduzidas ou portfólio físico representativo, nos termos deste subitem. Em qualquer caso, o licitante convocado deverá disponibilizar os elementos necessários à análise da equipe técnica de avaliação, de modo a permitir a aferição segura e suficiente da compatibilidade do objeto ofertado com as exigências previstas neste instrumento.

Para os Lotes 1 e 2, a avaliação de amostra recairá sobre os seguintes itens deste Termo de Referência:

- a) Item 2 – Mesa Individual Linear - 140 x 60 x 73 cm;
- b) Item 5 – Mesa Complemento Lateral Linear - 80 x 60 x 73 cm;
- c) Item 6 – Mesa Plataforma Dupla Inicial - 140 x 120 x 73 cm;
- d) Item 8 – Painel Divisor Frontal – 140 x 0,9 x 37,6 cm;
- e) Item 9 – Mesa Gerencial - 220 x 90 x 73 cm e Armário de Apoio – 120 x 50 x 60 cm;
- f) Item 10 – Mesa Reunião Redonda - 120 x 73 cm;
- g) Item 11 – Mesa de Reunião Retangular - 120 x 280 cm;
- h) Item 21 – Armário Baixo com Tampo Único – 160 x 50 x 73 cm;
- i) Item 27 – Cadeira Estofada com Braços - 55 x 62 x 84 cm;
- j) Item 29 – Poltrona com Braços e Base Giratória - 83 x 72 x 76 cm;
- k) Item 31 – Sofá 3 Lugares - 185 x 81,5 x 72 cm;
- l) Item 34 – Mesa Lateral de Apoio Pequena - 30 x 60 cm.

Para o Lote 3, serão objeto de análise de amostras os seguintes itens deste Termo de Referência:

- a) Item 36 – Tapete Neutro - 150 x 100 cm;
- b) Item 38 – Tapete Clássico - 150 x 200 cm.

Para os itens do Lote 3, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e devidamente habilitado deverá encaminhar ao TJPA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação, amostra em dimensões reduzidas ou portfólio físico contendo recorte, fração representativa ou exemplar parcial do objeto principal, em tamanho suficiente para permitir a avaliação do acabamento das bordas, costuras, textura, composição, espessura e superfície visível do material ofertado. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja solicitação tempestiva e devidamente justificada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e devidamente habilitado, a ser apreciada pela equipe de licitações do TJPA.

A convocação para a realização da avaliação será formalizada pela equipe de licitações do TJPA, com a indicação do lote, do item ou dos itens que serão objeto de verificação, bem como dos aspectos técnicos e visuais que serão aferidos, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Nos casos dos Lotes 1 e 2, o licitante convocado deverá, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da solicitação formal da equipe de licitações do TJPA, informar o local, situado em território nacional, onde será realizada a avaliação, podendo ser unidade fabril, show room, centro de distribuição ou outro espaço apto à demonstração dos produtos ofertados ou de elementos que permitam a adequada aferição técnica das especificações exigidas.

Recebida, pela equipe de licitações do TJPA, a indicação do local de avaliação dos Lotes 1 e 2, a equipe técnica de avaliação realizará a análise técnica em até 5 (cinco) dias úteis, por meio de 2 (dois) servidores integrantes da equipe de planejamento da contratação e/ou da equipe técnica designada, os quais procederão à análise presencial dos

elementos disponibilizados pelo licitante. No caso do Lote 3, a equipe técnica de avaliação realizará a análise do material encaminhado ao TJPA, observadas as especificações pertinentes do item avaliado.

A análise poderá recair sobre o produto completo ou, quando tecnicamente suficiente, sobre partes, módulos, componentes e soluções construtivas correlatas, desde que os elementos apresentados permitam aferir, com segurança, a conformidade do objeto ofertado, especialmente em termos de dimensões, tipos de materiais, ferragens, acabamento superficial, estabilidade e padrão visual completo, observado, em qualquer caso, o conjunto de especificações constantes neste Termo de Referência. Para o Lote 3, a avaliação observará a compatibilidade visual, material e construtiva da amostra reduzida ou do portfólio físico com o objeto ofertado.

Compete ao licitante disponibilizar, no local informado ou encaminhar ao TJPA, conforme o caso, todos os meios e elementos necessários à realização da avaliação, inclusive catálogos, fichas técnicas, desenhos, manuais, laudos, amostras de acabamentos e demais documentos complementares que subsidiem a análise técnica do objeto ofertado.

Os critérios de avaliação compreenderão, no mínimo:

- a) conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- b) compatibilidade das dimensões e proporções do item ofertado com o objeto especificado, quando aplicável;
- c) adequação dos tipos de materiais e ferragens empregados, quando aplicável;
- d) acabamento superficial e qualidade construtiva;
- e) estabilidade e integridade estrutural, quando aplicáveis;
- f) compatibilidade entre os elementos apresentados e o padrão visual completo do objeto ofertado.

Sempre que possível, a avaliação será objeto de registro audiovisual, com a finalidade de reforçar a transparência e a rastreabilidade do procedimento. Em qualquer caso, será obrigatoriamente elaborado relatório técnico circunstanciado pela equipe técnica de avaliação.

Concluída a avaliação, a equipe técnica de avaliação emitirá relatório técnico circunstanciado, manifestando-se pela aprovação sem ressalvas, aprovação com ressalvas ou reprovação da amostra avaliada.

A hipótese de aprovação com ressalvas somente será admitida quando as inconformidades verificadas se restringirem a aspectos sanáveis que não comprometam a estrutura, a qualidade, a funcionalidade, a durabilidade ou a identidade visual do objeto, podendo a equipe de licitações do TJPA, à vista da manifestação técnica, conceder prazo razoável para saneamento, complementação documental ou nova verificação, conforme o caso.

A não indicação do local, nos casos dos Lotes 1 e 2, no prazo assinalado; a não apresentação da amostra ou do portfólio físico, no caso do Lote 3; a recusa em viabilizar a avaliação; a não disponibilização dos elementos necessários à análise; a incompatibilidade material entre os elementos apresentados e o objeto ofertado; ou a reprovação da amostra implicará a desclassificação da proposta, observadas as disposições legais e editalícias aplicáveis.

A data, o horário e o local da avaliação, quando se tratar dos Lotes 1 e 2, bem como o prazo para apresentação da amostra ou portfólio físico, no caso do Lote 3, serão formalmente informados pela equipe de licitações do TJPA no âmbito do procedimento licitatório. O relatório técnico conclusivo será juntado aos autos e disponibilizado no ambiente oficial do certame, assegurando transparência, publicidade dos atos e acesso às informações pelos interessados. Havendo registro audiovisual, este também será juntado aos autos ou disponibilizado no ambiente oficial do certame.

#### **5.5. Da exigência de carta de solidariedade**

**(X) NÃO SE APLICA**

#### **5.6. Da subcontratação – art. 54, da IN nº 02/2024**

**(X)** Não será admitida a subcontratação.

**( )** Será admitida a subcontratação do objeto.

**( )** Será admitida a subcontratação de parte do objeto.

#### **5.7. Da garantia da fase de seleção do fornecedor**

**(X) NÃO SE APLICA**

##### **5.7.1. Garantia para participação da licitação**

**(X) NÃO SE APLICA**

##### **5.7.2. Garantia adicional – para os casos de pagamento antecipado**

**(X) NÃO SE APLICA**

#### **5.8. Da prova de conceito**

**(X) NÃO SE APLICA**

## 6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023

(X) NÃO SE APLICA

## 7. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023

### 7.1. Catálogo eletrônico de padronização

[ ] Sim

[X] Não

**Justificativa:**

O TJPA não tem catálogo padronizado ainda, contudo, está providenciando. Na hipótese de haver divergência entre a descrição do objeto conforme indicado no código CATMAT/CATSER do COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

### 7.2. Especificação

As especificações técnicas dos itens encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência.

## 8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023

### 8.1 Condições de entrega ou execução dos serviços

O prazo para entrega não deverá exceder 45 (quarenta) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato, salvo justificativa formal aceita pelo Tribunal;

O prazo para montagem não deverá exceder 30 (trinta) dias corridos a contar da data de entrega dos bens;

A empresa fornecedora deverá entregar os bens em perfeito estado de conservação, devidamente embalados e protegidos, no endereço indicado pelo TJPA, localizado em Belém-PA;

A entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal e documentação técnica referente ao bem e informações sobre a garantia.

#### 8.1.1. Local de entrega ou execução dos serviços

**Local de entrega/montagem:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Prédio Sede – Lauro Sodré), localizado na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro Souza. Belém-Pará. CEP 66.613-710;

**Horários de Entrega:** das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira; exceto feriados

**Responsável:** Antônio Paulo e Glauco Monteiro – Tel.: (91) 98950-0235.

### 8.1 Condições de recebimento

#### Recebimento provisório

O recebimento provisório será efetivado para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação do objeto adquirido, sendo efetuado no momento da entrega, ou em até 5 (cinco) dias úteis desta, oficializando-se com o atestado no canhoto e frente da nota fiscal, desde que sejam verificadas as seguintes características:

- Integridade da embalagem e/ou produto, sendo analisados todos os componentes a fim de identificar qualquer avaria ou defeito;
- A quantidade entregue fisicamente deve corresponder à quantidade constante na nota fiscal.

#### Recebimento definitivo

O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- Compatibilidade do produto entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TJPA), descrição do produto entregue, quantidade, preços unitários e total;
- Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração;
- Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste instrumento ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a empresa fornecedora será obrigada a substituí-los em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração;
- Caso os objetos sejam entregues desmontados, o recebimento definitivo será realizado após a conclusão do processo de montagem, que é de responsabilidade do fornecedor;

- f) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;
- g) Ressalvadas as disposições da Lei 8.078/1990 (CDC).

#### **9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023**

Os bens fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, vícios aparentes ou ocultos, bem como falhas de funcionamento, observando-se os prazos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, contados a partir do recebimento definitivo dos itens.

Para os itens constantes dos Lotes 1 – Mobiliário em MDF e Lote 2 – Mobiliários Diversos, a garantia mínima deverá ser de 05 (cinco) anos, abrangendo, no que couber, defeitos estruturais, falhas em mecanismos, problemas de acabamento, desgaste prematuro e quaisquer inconformidades que comprometam a funcionalidade e a durabilidade dos bens.

Para os itens constantes do Lote 3 – Tapetes, a garantia mínima deverá ser de 02 (dois) anos, abrangendo, especialmente, defeitos de fabricação, falhas na trama, perda excessiva de fios e desbotamento ou alteração de cor, desde que não decorrentes de uso inadequado.

Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica, sem ônus adicional para a Administração, compreendendo a substituição, reparo ou correção dos itens que apresentarem defeitos, no prazo de 10(dez) dias, contado a partir da notificação formal.

A assistência técnica deverá ser prestada por meio de rede própria, credenciada ou autorizada, devendo a contratada assegurar canais de atendimento eficazes para registro e acompanhamento das ocorrências.

Os custos relativos ao transporte, retirada, substituição e reinstalação dos itens defeituosos correrão integralmente por conta da contratada.

Caso o reparo não seja realizado em prazo razoável ou não seja tecnicamente possível, a contratada deverá proceder à substituição do item por outro novo, de características iguais ou superiores, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A contratada deverá, ainda, fornecer orientações quanto ao uso, conservação e limpeza dos mobiliários, de modo a contribuir para a adequada utilização e maior vida útil dos bens.

#### **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023**

A execução do objeto será realizada de forma planejada, coordenada e orientada a resultados, considerando a contratação por lotes/grupos (Lote 1 – Mobiliário em MDF; Lote 2 – Mobiliários Diversos; e Lote 3 – Tapetes), com o objetivo de assegurar a adequada estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A estratégia de execução adotada contempla as seguintes etapas:

a) Ordem de fornecimento e planejamento inicial: após a assinatura do contrato, a Administração emitirá Ordem de Fornecimento/Serviço, contendo a indicação dos quantitativos, locais de entrega e eventuais especificidades. A contratada deverá apresentar, quando solicitado, cronograma de execução compatível com os prazos estabelecidos;

b) Produção e preparação dos itens: os bens deverão ser produzidos ou disponibilizados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando-se, especialmente para o Lote 1 (mobiliário em MDF), a adequação às dimensões e layouts dos ambientes;

c) Logística e entrega: a contratada será responsável pelo transporte dos itens até o local indicado no item 8.1.1, devendo assegurar acondicionamento adequado e integridade dos produtos durante todo o percurso;

d) Montagem e instalação: para os itens que demandarem montagem, especialmente os pertencentes ao Lote 1, a contratada deverá realizar a instalação completa no local designado, garantindo o perfeito funcionamento e a adequada fixação dos mobiliários, sem causar danos às instalações existentes;

e) Integração entre lotes: a execução deverá observar a compatibilização entre os itens fornecidos nos diferentes lotes, de modo a assegurar padronização estética e funcional dos ambientes, podendo a Administração definir prioridades ou sequenciamento das entregas;

f) Recebimento provisório: será realizado após a entrega e, quando aplicável, instalação dos bens, mediante conferência preliminar dos quantitativos e verificação visual das condições dos itens;

g) Recebimento definitivo: ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade dos bens com as especificações técnicas, incluindo requisitos de qualidade, acabamento, ergonomia (NR-17) e atendimento às normas da ABNT aplicáveis, no prazo definido contratualmente;

h) Correções e ajustes: eventuais inconformidades identificadas deverão ser sanadas pela contratada, sem ônus adicional, no prazo de 10(dez) dias, contado a partir da notificação formal;

i) Encerramento da execução: dar-se-á com o recebimento definitivo de todos os itens, regular cumprimento das obrigações contratuais e início do período de garantia.

Durante toda a execução contratual, a contratada deverá manter comunicação permanente com a equipe de gestão e fiscalização da contratação, atender às notificações expedidas e assegurar o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos.

##### **10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação**

☒ (X) Necessidade de formalização contratual

☐ ( ) Formalização via empenho



( ) Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual:

## 10.2. Garantia Contratual

Por se tratar de aquisição de bens duráveis e estocáveis de características comuns, objeto certo e definido, não há necessidade de estabelecimento de parâmetros para a exigência de garantia contratual, tais como caução, seguro-garantia ou fiança bancária.

## 10.3. Obrigações da Empresa

- a. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel e e-mail que possibilitem contato imediato entre o contratante e a contratada;
- b. Receber a nota de empenho e a ordem de autorização recebidas por e-mail. Confirmar, pelo mesmo meio, o recebimento de ambas, no prazo de até 24h;
- c. Atender aos telefones informados na proposta, no horário das 08:00 às 16:00h, bem como responder aos e-mails da fiscalização no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta;
- d. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto fornecido;
- e. Fornecer produto conforme especificação, marca, validade/garantia e preço propostos na fase de cotação, e nas quantidades solicitadas pelo TJPA;
- f. Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de fornecimento do produto;
- g. Efetuar a troca dos produtos que forem recusados pela Administração, devido ao não atendimento às especificações exigidas no Termo de Referência ou por vícios e/ou defeitos identificados, sem qualquer ônus para o TJPA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação por parte do TJPA;
- h. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo TJPA;
- i. Efetuar a entrega do produto e emitir nota fiscal nas quantidades e descrições solicitadas, conforme estabelecido na nota de empenho;
- j. Cumprir os prazos estipulados pelo TJPA, conforme constam neste Termo de Referência;
- k. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- l. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- m. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na aquisição;
- n. Responsabilizar-se pela montagem do objeto, produto, equipamento, bem ou material, quando for o caso.

## 10.4. Obrigações do TJPA

Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, proporcionando todas as condições para que ela possa cumprir suas obrigações na forma e prazos estabelecidos;

Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens;

Atestar o recebimento dos itens entregues, bem como sua adequação as especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do Termo de Referência, por meio de notificação à empresa contratada;

Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido em contrato;

Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado neste instrumento.

## 11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

### 11.1. Prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência da contratação é de **01(um) ano** contados do(a) assinatura do contrato, não sendo admitida prorrogação.

### 11.2. Prazo de entrega ou execução dos serviços

O prazo para entrega não deverá exceder 45 (quarenta) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato, salvo justificativa formal aceita pelo Tribunal;

O prazo para montagem não deverá exceder 30 (trinta) dias corridos a contar da data de entrega dos bens;

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023**

### **12.1. Estabelecimento de condições gerais**

O referido Contrato será gerido e fiscalizado pela Equipe de Gestão e Fiscalização da Contratação, conforme item 12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação;

A EMPRESA fornecerá os bens a partir do recebimento da nota de empenho, onde constará o item e as quantidades a serem entregues e o local e horário;

A entrega deverá ser completa conforme empenho; e

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As comunicações entre o órgão empresa deve ser realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

As comunicações entre o TJPA e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

### **12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação**

#### **12.2.1. Gestor do Contrato**

Titular: João Victor Ferreira Almeida

Matrícula: 178098

Substituto ou Substituta: Thiago da Silva Soares

Matrícula: 63592

#### **12.2.2. Fiscal Técnico**

Titular: Claudia Sadeck Burlamaqui

Matrícula: 62537

Substituta/Substituto: Rita de Cassia Araujo Oliveira Barata

Matrícula: 44539

## **13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023**

### **13.1. Prazo e forma para pagamento**

I. O pagamento será realizado somente após a realização do recebimento definitivo pela equipe de gestão e fiscalização da contratação, o qual será formalizado por meio do atesto da nota fiscal de cobrança;

II. Após o recebimento definitivo, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da(s) EMPRESA(S), em no máximo 30 (trinta) dias corridos;

III. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da lei Nº 14.133/2021;

IV. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data de emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

V. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao TJPA;

VI. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133/2021;

- VII. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- VIII. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(s) EMPRESA(S), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- IX. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJPA;
- X. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TJPA deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(s) EMPRESA(S), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- XI. No caso de atraso pelo TJPA, os valores devidos à empresa serão atualizados monetariamente entre o tempo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;
- XII. O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Fornecedora, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Fornecedora, nos termos pactuados;
- XIII. No caso de atraso de pagamento, desde que a Fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TJPA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;
- XIV. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- XV. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(s) EMPRESA(S);
- XVI. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- XVII. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- XVIII. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- XIX. A(s) EMPRESA(S) fornecedora, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. O pagamento ficará ainda condicionado, à consulta e constatação de que a empresa permanece como enquadra ao regime do Simples Nacional por ocasião da liquidação da despesa;
- XX. A CONTRATADA deverá enviar nota fiscal/fatura para o CONTRATANTE, via endereço de e-mail protocolo.geral@tjpa.jus.br, com a especificação do número e ano do contrato, bem como a indicação da DIVISÃO DE SUPRIMENTOS como destinatário;
- XXI. O envio das notas fiscais/faturas deverá ocorrer, preferencialmente, até o 5º dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato e, impreterivelmente, até o 30º dia subsequente a esse recebimento, sob pena de abertura de processo administrativo de aplicação de penalidade.

### **13.2. Acordo de Nível de Serviço (ANS)**

**(X) NÃO SE APLICA**

### **13.3. Antecipação de pagamento**

**(X) NÃO SE APLICA**

### **13.4. Cessão de crédito**

**(X) NÃO SE APLICA**

## **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023**

### **14.1. Forma de seleção**

**(X) Licitação**

**(X) Pregão**

**( ) Concorrência**

**( ) Concurso**

☐ Leilão

☐ Diálogo competitivo

☐ **Dispensa de licitação**

☐ **Inexigibilidade de licitação**

#### **14.2. Forma de seleção**

☒ Eletrônica

☐ Presencial

#### **14.3. Modo de disputa**

☒ Aberto

☐ Aberto e fechado

☐ Fechado e aberto

☐ Não se aplica

#### **14.4. Critério**

☒ menor preço

☐ melhor técnica ou conteúdo artístico

☐ técnica e preço

☐ maior retorno econômico

☐ maior desconto

#### **14.5. Forma de parcelamento**

☐ Grupo único

☒ Grupos/Lotes

☐ Grupos(s) e item(ns)

☐ Item(ns)

Justificativa para o não parcelamento do objeto:

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade. Contudo, no presente caso, optou-se pelo não parcelamento da contratação, em razão de aspectos técnicos e operacionais que recomendam a sua execução de forma integrada.

A aquisição de mobiliários diversos destina-se à estruturação completa dos gabinetes dos Desembargadores, demandando padronização estética, funcional e dimensional entre os itens, de modo a assegurar uniformidade visual e harmonia dos ambientes institucionais. O parcelamento poderia resultar na contratação de múltiplos fornecedores, com risco de fornecimento de mobiliários com variações de acabamento, tonalidade, qualidade e design, comprometendo a identidade institucional e a coerência dos espaços.

Além disso, a execução por um único fornecedor favorece a compatibilização técnica entre os itens, especialmente no que se refere à integração entre mesas, armários, estações de trabalho e demais mobiliários, evitando problemas de ajuste, instalação e uso conjunto.

Sob o aspecto operacional, a contratação integrada proporciona maior eficiência na logística, entrega e instalação, reduzindo riscos de atrasos, conflitos de cronograma e dificuldades de coordenação entre diferentes fornecedores. Também simplifica a gestão e fiscalização contratual, concentrando a responsabilidade em um único contratado.

Do ponto de vista econômico, a contratação em lote pode possibilitar ganhos de escala, com redução de custos unitários e melhores condições comerciais para a Administração, sem prejuízo da competitividade, uma vez que o objeto é amplamente ofertado no mercado por empresas especializadas.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto se mostra técnica e economicamente mais vantajoso, garantindo maior padronização, eficiência na execução contratual e melhor atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### 14.6. Forma de entrega ou prestação do serviço

☒ Integral

☐ Parcelado

☐ Continuado

#### 14.7. Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte

Valor de referência: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). – Artigo 48, I, da Lei nº 123/2006.

##### Licitação

☐ Sim

☒ Não

Não sendo a licitação exclusiva, há item ou lote exclusivo?

##### Item/lote

☒ Não

☐ Sim

#### 14.8. Exigências de habilitação

##### 14.8.1. Habilitação técnica:

☒ Atestado de capacidade técnica

O LICITANTE deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou privada, que comprove que a empresa já forneceu bens com a mesma natureza, similares, compatíveis ou superiores, em quantidade igual ou superior a 20% do quantitativo licitado para os Itens: 02 e 12 (Lote 1 – Mobiliário em MDF), para os Itens 27 e 31 (Lote 2 – Mobiliário Diversos) e para o Item 36 (Lote 3 - Tapetes).

Para fins da comprovação de que trata o parágrafo anterior, os atestados deverão ser apresentados contendo as seguintes características mínimas:

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

☒ Outros:

1) Certificação FSC e/ou CERFLOR (quando houver componentes em MDF).

Para o lote 1, na etapa de apresentação de proposta, exige-se que o licitante apresente comprovação, mediante certificação reconhecida, de que eventuais componentes em MDF utilizados no produto possuem origem em manejo florestal sustentável/reflorestamento, contribuindo para a redução de impactos ambientais e alinhamento a critérios de sustentabilidade, devendo ser exigida apenas quando aplicável ao material efetivamente presente no item ofertado.

- 2) Certificado de conformidade com NBR ISO 14020:2002 e ABNT NBR ISO 14024:2004 (quando houver rotulagem/alegações ambientais).

Para o lote 1, na etapa de apresentação de proposta, exige-se que o licitante apresente certificado NBR ISO 14020:2002 e ABNT NBR ISO 14024:2004 visando assegurar que eventuais alegações ambientais/rotulagem relacionadas ao produto estejam fundamentadas em critérios verificáveis e avaliados por terceira parte, reduzindo risco de declarações ambientais sem lastro técnico ("greenwashing"), conferindo maior confiabilidade às evidências ambientais apresentada

3) Certificado de Conformidade de Produto emitido pelo INMETRO ou pela ABNT, ou Laudo Técnico de Ensaio e Análise, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, que demonstre a conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Tal medida visa evidenciar, por meio de métodos normatizados, o atendimento a requisitos de segurança, estabilidade, resistência e durabilidade do mobiliário, mitigando risco de falhas estruturais, acidentes e baixa vida útil do bem adquirido.

4) Laudo ou Parecer Técnico emitido por profissional que possua Certificação de Ergonomista ou que comprove ter curso de especialização, mestrado ou doutorado que o habilite a realizar avaliações ergonômicas, declarando que a linha de mobiliário ofertada está em conformidade com a NR – 17 (ergonomia) e demais bases teóricas de ergonomia, acompanhado do Certificado de Ergonomista ou comprovação de conclusão curso de especialização, mestrado ou doutorado que habilite o profissional que assina o laudo a realizar avaliações ergonômicas. Tal medida visa demonstrar, de forma objetiva, que as cadeiras ofertadas atendem aos requisitos ergonômicos mínimos de posto de trabalho, reduzindo risco de desconforto, afastamentos e inadequação do mobiliário ao uso institucional; as imagens vinculam o laudo ao modelo efetivamente ofertado, evitando documento genérico.

- 5) Declaração de garantia mínima de 05 (cinco) anos do fabricante:

O licitante deverá apresentar Declaração de garantia de 5 anos emitida pela fabricante para todos os produtos ofertados, a contar da data de entrega de cada produto no local de destino, caso o licitante seja uma revenda, deverá apresentar declaração de autorização para comercialização dos produtos, emitida pela fabricante, específica para este processo licitatório. visa resguardar a Administração quanto à assistência técnica, reposição de componentes e cobertura de defeitos, reduzindo risco de descontinuidade de suporte. No caso de revenda, a autorização do fabricante busca assegurar a regularidade da cadeia de fornecimento e a efetividade do pós-venda.

#### **DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

Deverá ser apresentado CATÁLOGOS, FOLDERS, ENCARTES ou FOLHETOS TECNICOS do fabricante dos bens ofertados com as características detalhadas dos materiais utilizados na confecção do produto, imagens, cotas, código de certificação. Não será admitida a mera reprodução do Termo de Referência. O licitante deverá apresentar o descritivo técnico original do fabricante, com todas as características completas do produto ofertado, não sendo aceitos catálogos genéricos, descrições incompletas, adaptações ou especificações idênticas às constantes neste edital.

No caso do não encaminhamento de CATALOGOS, FOLDERS, ENCARTES ou FOLHETOS TECNICOS quando requisitado, ou, sendo constatado, através desses informativos, que os bens ofertados não atendem o especificado, a licitante em questão será desclassificada.

#### **14.8.2. Habilitação econômica e financeira:**

(X) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(X) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$

$$\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$

$$\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

$$\text{Passivo circulante}$$

(X) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido** de no mínimo **10%** (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **14.8.3. Habilitação jurídica específica:**

##### **14.8.3.1. Consórcio**

( ) Sim

(X) Não

**Justificativa:** O Objeto a ser contrato não é considerado de “alta complexidade ou vulto”, o que não se aplica ao caso em tela.

##### **14.8.3.2. Cooperativa**

( ) Sim

(X) Não

**Justificativa:** O objeto em tela não é compatível com as características para admissibilidade de participação de cooperativas.

#### 15. REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023

O reajuste contratual utilizará como base o índice oficial:

( ) INPC

(X) IPCA

( ) IPCA - E

( ) IGP-M

( ) IGP-DI

( ) INCC

( ) Outros, a especificar

O reajuste contratual é uma cláusula essencial para contratos ou Atas de médio e longo prazo, visando garantir a correção dos valores contratados em função da variação de índices econômicos ao longo do tempo.

a. Após o interregno de um ano, e independente de pedido da empresa, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA;

c. O TJPA deverá negociar com a empresa a possibilidade de não aplicar o reajuste ou aplicá-lo a menor. Devendo haver manifestação expressa do Fornecedor acerca da aceitação dos termos da negociação;

d. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

e. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o TJPA pagará à empresa a importância calculada pela última variação conhecida;

f. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

g. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

h. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

i. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XVII da IN nº 01/2023

O Custo Estimado Total da contratação é de **R\$ 7.492.639,87 (sete milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela, constante no Item 2 deste Termo de Referência.

##### 16.1. Métrica do Valor Estimado

( ) Mediana

(X) Média (padrão)

( ) Menor Preço

**Justificativa:**

Para calcular o custo total estimado da aquisição dos produtos para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, analisamos três métricas: menor preço, mediana e média. Embora o menor preço ofereça uma estimativa inicial baixa, ele ignora as variações do mercado e pode comprometer a precisão, pois reflete apenas o valor mais baixo, que pode não representar a realidade média do mercado. Já a mediana, que é o valor central dos dados, tende a ser mais estável frente a valores extremos, mas pode não capturar adequadamente as variações de preços no mercado em situações de homogeneidade nos valores. A média aritmética, por sua vez, fornece uma visão mais completa, pois considera todas as amostras de preços, diluindo os extremos e refletindo com maior precisão o valor médio praticado. Dessa forma, a média permite ao TJPA uma estimativa mais realista e previsível do custo total, considerando as flutuações do mercado e assegurando uma base mais robusta e equilibrada para o orçamento.

**17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**A contratação será atendida pela seguinte dotação:**

Gestão/Unidade: 04102 – Tribunal de Justiça do Estado – Fundo de Reaparelhamento Judicial – Secretaria de Administração

Fonte de Recursos: 1759 – Recursos Próprios FRJ e FRC

Programa de Trabalho: 04.102.02.061.1417.8349 – Aparelhamento das Unidades Judiciárias – 2º Grau

Programa de Trabalho: 04.102.02.122.1421.8194 – Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário – 2º Grau

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Exercício financeiro (ano atual): **R\$ 7.492.639,87**

Exercício financeiro 2027: R\$

**18. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023**

I. Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa Nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

II. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN Nº 003/2024-GP):

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. dar causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846/2013.

III. Aos licitantes ou às empresas que praticarem infrações administrativas previstas no parágrafo anterior deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- a. advertência;
- b. multa: moratória e/ou compensatória;
- c. impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

IV. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
- b. as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133/21, e do art. 22 da LINDB;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.



V. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Empresa:

VI. Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

VII. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

VIII. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- b. dar causa à inexecução total do Contrato (de seis meses a três anos);
- c. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do Contrato, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- d. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- e. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- f. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).

IX. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:

- a. aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que impliquem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c. fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

X. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.

XI. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

- a. De 20% (vinte por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, no caso de inexecução parcial do contrato;
- b. De 30% (trinta por cento) do valor total do empenho, no caso de inexecução total do contrato.

XII. A inexecução parcial do contrato restará configurado, entre outras hipóteses, quando a EMPRESA:

- a. Atrasar em prazo superior a 30 (trinta) dias a entrega do objeto e está, apesar de realizada, não ocorreu em sua totalidade.

XIII. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a EMPRESA:

- a. Atrasar a entrega do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias e a sua totalidade não for entregue.

XIV. A multa de mora será aplicada quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela TJPA, entre outras hipóteses:

- a. Em 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do produto, por dia e produto em atraso.

XV. O valor das multas aplicadas será recolhido em favor do TJPA, observando-se a seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento espontâneo, por meio de Guia de Devoluções e Ressarcimentos GDR que deverá ser emitida pela própria CONTRATADA no site do TJPA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- b) dedução dos pagamentos devidos pelo TJPA;
- c) desconto do valor da garantia prestada e
- d) cobrado judicialmente, após inscrição em Dívida Ativa, conforme instruções da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA.

XVI. Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, nos seguintes percentuais e condições:

a. 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a EMPRESA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas do contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à adjudicação.

XVII. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN Nº 003/2024-GP).

## 19. DA PADRONIZAÇÃO

**Modelo (04/2026):**

Indicar a data de retirada no Portal das Contratações: 07/04/2026

## 20. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém/PA, 28 de abril de 2026.

**João Victor Ferreira Almeida**

Integrante Requisitante

**Claudia Sadeck Burlamaqui**

Integrante Técnico

**Brunna Ferreira da Silva Saldanha Rolim**

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **JOAO VICTOR FERREIRA ALMEIDA, CHEFE DA DIVISAO DE SUPRIMENTOS**, em 28/04/2026, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNA FERREIRA DA SILVA, AUXILIAR JUDICIARIO - AREA ADMINISTRATIVA**, em 28/04/2026, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA SADECK BURLAMAQUI, CHEFE DE SERVICO DE READEQUACAO DE PROJETOS**, em 28/04/2026, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpa.jus.br/sei-autenticador> informando o código verificador **0000592560** e o código CRC **3D5FB92C**.

Av. Almirante Barroso nº 3089 - Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66613-710

Telefone:

E-mail: @email\_unidade@



**PODER JUDICIÁRIO**

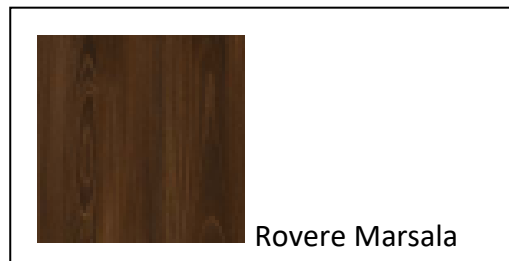
Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará



## Anexo I – Caderno de Especificações

As especificações gerais abaixo cabem somente aos mobiliários em MDF constantes no LOTE 1:

- Quanto aos tampos, portas, corpo de armário, saias, painéis, floreiras e afins devem ser executados em painel de fibra de madeira de média densidade (MDF - Medium Density Fiberboard) revestido com laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces em padrão amadeirado escuro uniforme, sem grandes manchas, como Nogueira Bourbon, Rovere Marsala ou similar (exceto quando indicado), finalizado com fita de borda 2mm no mesmo padrão, colado por processo hot melt, com resistência a impactos e termicamente estável e raio ergonômico de contato com o usuário de, no mínimo, 2,5 mm de acordo com NBR 13966 da ABNT. Espessura será indicada para cada componente de cada produto.



Os tampos de cada parte que compõem as plataformas deverão ser únicos e com a furação necessária para instalação de duas tomadas elétricas e uma lógica.

- A estrutura das mesas deverá ser em aço carbono, autoportante, com espessura mínima de 1,2 mm e resistência estabelecida pelas normas técnicas, sem partes em madeira ou tacos de madeira colados, com componentes, cantoneiras, buchas e parafusos em aço inoxidável para facilitar a montagem e desmontagem e garantir a vida útil do produto.

- A fixação dos componentes à estrutura deve ser feita por buchas e parafusos em aço inoxidável com o auxílio de cantoneiras metálicas perfuradas (sempre que necessário) e finalizada com capas plásticas em cor próxima ao acabamento do produto.
- Dobradiças tipo caneco, confeccionada em aço de alta resistência, sem mola, regulagem horizontal livre, ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 105° para portas com recobrimento total, com sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo, acabamento niquelado. No armário alto, utilizar quatro dobradiças.
- Os gaveteiros terão as gavetas executadas em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,6 mm sem partes afiadas, com pintura eletrostática epóxi liso na cor cinza urano (Ref. Novara móveis) de 40 micras de espessura. Corrediças telescópicas em aço que permita a abertura total da gaveta. Frente de gavetas e corpo do móvel em MDF. Puxador cava lateral metálico. Fechadura frontal embutida com duas chaves. Padrão de gavetas: duas pequenas superiores e uma grande inferior. Rodízio em silicone (quatro), com trava frontal. Quando for pedestal, prever tampo 25mm acompanhando a altura da mesa de trabalho, inclusive na profundidade.
- Os armários receberão puxadores em aço inoxidável, tipo cava, fixados na horizontal e com dimensões em acordo com a NBR9050, garantindo a pega por PCD. O modelo deverá ser apresentado para aprovação prévia.
- Calhas para passagem de fiação em todas as mesas de trabalho, confeccionadas em chapa de aço carbono dobradas, com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi com espessura mínima de 0.9mm, com dutos de passagem para lógica e elétrica, fixadas à estrutura do móvel.
- As partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que a própria indústria possua o equipamento para tal processo e recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micras de espessura, atendendo-se os critérios de preparação, tratamento e tempo de cura recomendados pelo fabricante da tinta empregada, de forma que o resultado atenda as exigências previstas nas normas da ABNT. Acabamento liso fosco. Acabamento liso fosco na cor cinza urano, referência Novara, exceto quando indicado.



- Todas as mesas deverão receber caixa de mesa para acesso a pontos de energia e lógica medindo aproximadamente 11 x 26mm, com dimensões para o recorte de encaixe no tampo. Aba superior e tampa em alumínio injetado e abertura de no mínimo 10 mm para passagem de cabos, com tampa tipo basculante, com tratamento superficial fosfatizante e acabamento em pintura epóxi na cor das partes metálicas do produto. Corpo em ABS fixado a aba através de 04 parafusos e fixação ao tampo através de 04 parafusos para madeira. Cada caixa deve conter três tomadas de energia. Régua para eletrificação confeccionada em chapa de aço com 1,2mm de espessura. Apresenta pré-disposição para o encaixe de 3 tomadas de energia (2P+T) e para fixação de rede de dados (02 conectores RJ45). Possui corpo em termoplástico de alto impacto e vias de contato em bronze fósforo.





- Os armários devem conter base metálica na mesma cor do mobiliário.

As especificações gerais abaixo cabem a todos os itens:

- Todos os móveis devem receber sapatas niveladoras (4 unidades) de piso antiderrapante em náilon, reforçado com fibra.

- Cadeiras, poltronas, sofás, armários baixos e mesas de apoio deverão receber carpete nos pés.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES
<b>LOTE 1 – MOBILIÁRIO EM MDF</b>		
1	Balcão 85 cm com Anteparo - 163 x 83 x 85 cm	<p>BALCÃO 85CM COM ANTEPARO, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo, laterais e painel frontal em painel ripado de MDF (Flexpanel Duraflex ou similar) na cor Gianduia, com espessura de 18mm;</li> <li>- Anteparo Inclinado, conforme projeto) em MDF 15mm Nogueira Bourbon (Duratex)/Rovere Marsala;</li> <li>- Recebe fita de led para iluminação do detalhe 3000k;</li> <li>- Tampo de mesa interno em MDF Carvalho Munique/Nogueira Bourbon (Duratex), espessura 25mm instalado a 73cm do chão. Dimensões: 163 x 83 x 85 cm. Adaptado conforme projeto. Referência: Novara MED ou similar</li> </ul> <div>  </div> <p><i>Imagens ilustrativas.</i></p>

2	Mesa Individual Linear - 140 x 60 x 73 cm	<p>MESA INDIVIDUAL COM PÉ TRAVE 140, FLUTUANTE, COMPOSTA DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo único em MDF 25mm;</li> <li>- Saia frontal em MDF 15mm;</li> <li>- Estrutura metálica tipo trave flutuante, com pés quadrados 50x50mm, com sapatas niveladoras Ø27mm;</li> <li>- Calha metálica para fiação;</li> <li>- Caixa eletrificada com duas tomadas de energia e uma de lógica.</li> </ul> <p>Dimensões: 140 x 60 x 73 cm</p> <p>- Referência: Linha Távola Novara ou similar.</p> <div>   </div> <p><i>Imagens ilustrativas.</i></p>
3	Mesa Individual Linear - 120 x 60 x 73 cm	<p>MESA INDIVIDUAL COM PÉ TRAVE 120, FLUTUANTE, COMPOSTA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo único em MDF 25mm;</li> <li>- Saia frontal em MDF 15mm;</li> <li>- Estrutura metálica tipo trave flutuante, com pés quadrados 50x50mm, com sapatas niveladoras Ø27mm;</li> <li>- Calha metálica para fiação;</li> <li>- Caixa eletrificada com duas tomadas de energia e uma de lógica.</li> </ul> <p>Dimensões: 120 x 60 x 73 cm</p> <p>- Referência: Linha Távola Novara ou similar.</p>
4	Mesa Individual Linear - 100 x 60 x 73 cm	<p>MESA INDIVIDUAL COM PÉ TRAVE 100, FLUTUANTE, COMPOSTA DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo único em MDF 25mm;</li> <li>- Saia frontal em MDF 15mm;</li> <li>- Estrutura metálica tipo trave flutuante, com pés quadrados 50x50mm, com sapatas niveladoras Ø27mm;</li> <li>- Calha metálica para fiação;</li> <li>- Caixa eletrificada com duas tomadas de energia e uma de lógica.</li> </ul> <p>Dimensões: 100 x 60 x 73 cm</p> <p>- Referência: Linha Távola Novara ou similar.</p>
5	Mesa Complemento Lateral Linear - 80 x 60 x 73 cm	<p>MESA COMPLEMENTO LATERAL COM PÉ TRAVE 80, FLUTUANTE, COMPOSTA DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo único em MDF 25mm;</li> <li>- Saia frontal em MDF 15mm;</li> <li>- Estrutura metálica tipo trave flutuante, com pés quadrados 50x50mm, com sapatas niveladoras Ø27mm;</li> <li>- Calha metálica para fiação;</li> <li>- Caixa eletrificada com duas tomadas de energia e uma de lógica.</li> </ul> <p>Dimensões: 80 x 60 x 73 cm</p> <p>- Referência: Linha Távola Novara ou similar.</p> <div>   </div> <p><i>Imagens ilustrativas.</i></p>

6	Mesa Plataforma Dupla Inicial - 140 x 120 x 73 cm	<p>MESA PLATAFORMA INICIAL/FINAL COM PÉ TRAVE 140, FLUTUANTE, COMPOSTA DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo único por módulo em MDF 25mm;</li> <li>- Saia central em MDF 15mm;</li> <li>- Estrutura metálica tipo trave flutuante, com pés quadrados 50x50mm, com sapatas niveladoras Ø27mm;</li> <li>- Calha metálica dupla para fiação;</li> <li>- Caixa eletrificada com duas tomadas de energia e uma de lógica em cada posto de trabalho. Dimensões: 140 x 60 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha Távola Novara ou similar.</li> </ul> <div data-bbox="647 510 847 689"></div> <div data-bbox="868 510 1131 663"></div> <div data-bbox="1169 499 1425 689"></div> <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
7	Mesa Plataforma Dupla Conexão - 140 x 120 x 73 cm	<p>MESA PLATAFORMA DUPLA CONEXÃO 140, FLUTUANTE, COMPOSTA DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo único por módulo em MDF 25mm;</li> <li>- Saia central em MDF 15mm;</li> <li>- Estrutura tipo trave flutuante com suportes, travessas e apoios metálicos para fixação do tampo na estrutura e duto central metálico e sapatas niveladoras Ø27mm;</li> <li>- Calha metálica dupla para fiação;</li> <li>- Caixa eletrificada com duas tomadas de energia e uma de lógica em cada posto de trabalho. Dimensões: 140 x 60 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha Távola Novara ou similar.</li> </ul> <div data-bbox="647 1093 831 1294"></div> <div data-bbox="842 1115 1050 1254"></div> <div data-bbox="1074 1081 1201 1301"></div> <div data-bbox="1273 1077 1425 1279"></div> <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
8	Painel Divisor Frontal - 140 x 0,9 x 37,6 cm	<p>PAINEL DIVISOR FRONTAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Painel divisor frontal em MDF, espessura 9mm na cor Gianduia</li> <li>- Possui dois suportes metálicos, esquerda e direita, com acabamento em pintura Epoxi Liso, na cor Cinza Urano. Dimensões: 140 x 0,9 x 37,6 cm</li> <li>- Referência: Linha Távola- Novara ou similar.</li> </ul> <div data-bbox="762 1536 1177 1653"></div> <div data-bbox="1185 1518 1353 1653"></div> <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>

9	Mesa Gerencial - 220 x 90 x 73 cm e Armário de Apoio – 120 x 50 x 60 cm	<p><b>MESA GERENCIAL E ARMÁRIO DE APOIO:</b>  <b>MESA 200 x 90 x 73cm COMPOSTO DE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo de mesa reta em MDF com espessura mínima de 48mm, medindo 220 x 90 (mínimo) x 73 cm;</li> <li>- Pés tipo painel confeccionado em MDF, com acabamento no mesmo material do tampo, com espessura mínima de 48mm;</li> <li>- Sapatas niveladoras do piso injetadas em polipropileno com rosca M6;</li> <li>- União entre tampo e pés estruturados por suporte metálico, com tratamento superficial por fosfatização e acabamento em pintura epóxi, fixados por parafusos métricos M6;</li> <li>- Pannel frontal em MDF, no mesmo revestimento, com espessura de 25 mm;</li> <li>- Calhas de eletrificação horizontal sob o tampo e do pé painel, confeccionadas em chapa de aço, estruturada longitudinalmente através de dobras, e tratamento anti-corrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi;</li> <li>- Caixa de mesa para acesso a pontos de energia e conectividade (lógica, HDMI e USB), conforme especificação geral, com tratamento superficial fosfatizante e acabamento em pintura epóxi na cor preta, acabamento fosco;</li> <li>- A estrutura da mesa deve permitir sua montagem e desmontagem sem comprometimento do produto;</li> <li>- O acabamento será em lâmina de madeira natural escura (a definir, por exemplo Wengue, Weng escuro, Ébano 115), recebe verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação;</li> <li>- As partes metálicas deverão receber pintura na cor preta, acabamento fosco, conforme especificações gerais;</li> <li>- Referência: Mesa gerencial Linha Path Alberflex ou similar.</li> </ul> <div data-bbox="805 1088 1262 1388" data-label="Image"> </div> <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p> <p><b>ARMÁRIO DE APOIO 120 x 45 (a 60) x 60 (55 a 65) cm, permitindo a sobreposição do conjunto, composto por:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Um tampo único, um nicho e armário com duas portas (gaveteiro e prateleira internos);</li> <li>-Tampo do armário único, confeccionado em MDF, com acabamento em lâmina natural de madeira na face externa, com espessura de 25 mm, em lâmina natural de mesmo padrão da mesa, inclusive nas bordas;</li> <li>- Caixa de mesa para acesso a pontos de energia e conectividade (lógica, HDMI e USB), conforme especificação geral, com tratamento superficial fosfatizante e acabamento em pintura epóxi na cor preta, acabamento fosco (salvo tom mais próximo da madeira);</li> </ul> <p><b>Módulos do armário:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nicho de 40cm de largura com uma prateleira 25mm, fundo e base com espessura de 18 mm, laterais de 25 mm, confeccionadas em MDF, com revestimento no mesmo material da mesa;</li> <li>- Armário com duas portas, com uma prateleira interna e três gavetas internas, sendo a última gaveta em altura equivalente a soma das</li> </ul>
---	---	--



duas superiores. Acabamento das partes externas no mesmo acabamento da mesa. Internamento será aceito revestimento em laminado melamínico na cor preta (neste caso será aceito o acabamento em fita de borda preta reta). Prateleira, fundo e base com espessura de 18 mm, laterais de 25 mm, confeccionadas em MDF com revestimento em laminado melamínico na face interna e lâmina de madeira natural nas faces externas. Portas de 18 mm, confeccionadas em MDF, acabamento em lâmina de madeira natural, inclusive bordas.

- Gavetas com frente confeccionada em MDF com espessura de 18 mm, e base da gaveta em chapa de aço carbono com o mínimo de 0,6mm de espessura, com tratamento superficial por fosfatização e acabamento em pintura epóxi. Sistema de travamento da gaveta através de haste de aço resistente a tração com acionamento frontal através de fechadura com chave de alma interna com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado e sistema escamoteável para adaptar-se ao móvel caso não seja retirada, e minimizar choques acidentais ao usuário.

- Dobradiça metálica com regulação de porta;

- Base em aço;

- Sapatas niveladoras;

- Gavetas com sistema de abertura por toque, sistema push to open;

- O armário deve ser confeccionado no mesmo padrão da mesa, em MDF revestido com lâmina de madeira natural escura e uniforme, sem grandes marcações, e acabamento em verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação, a exemplo da lâmina de madeira (a definir, por exemplo Wengue, Weng escuro e Ébano 115);

- Inclui bivar em couro preto sobre base metálica, 65 x 40cm;

- Eventuais detalhes em outras cores ou materiais (por exemplo, couro, metal, vidro) poderão ser aceitos se não comprometerem a estética sóbria e atemporal do produto (Referência: Linha Path da Alberflex ou similar).



Wengue





Weng Escuro









Ébano 15

*Imagens Ilustrativas.*



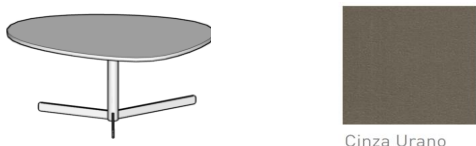

10	Mesa Reunião Redonda - 120 x 73 cm	<p>MESA REDONDA PARA REUNIÃO BASE CHAPA REDONDA, COMPOSTA POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo em MDF com revestimento em lâmina de madeira natural (a definir, por exemplo Wengue, Weng escuro, Ébano 115), acabamento em verniz poliuretano com 5 camadas de aplicação;</li> <li>- Formato circular, espessura 25mm.</li> <li>- Pé metálico tipo disco, com travessa de base do tampo para fixação, em formato de 'X'.</li> <li>- Base metálica em formato de disco com pintura na cor preta, acabamento fosco;</li> <li>- Possui uma caixa eletrificada com alimentação pela base.</li> </ul> <p>Dimensões: 120 x 73 cm</p> <p>- Referência: Linha Hit, H740 Alberflex ou similar.</p>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
11	Mesa de Reunião Retangular - 120 x 280 cm	<p>MESA DE REUNIÃO RETANGULAR</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo em MDF 25mm com revestimento em lâmina de madeira natural (a definir, por exemplo Wengue, Weng escuro, Ébano 115), acabamento em verniz poliuretano com 5 camadas de aplicação;</li> <li>- Estrutura metálica tipo trave flutuante na cor preta, acabamento fosco, com pés quadrados 50x50mm, com sapatas niveladoras Ø27mm;</li> <li>- Suportes, travessas e apoios metálicos para fixação do tampo na estrutura e duto central metálico;</li> <li>- Calha metálica dupla para fiação;</li> <li>- Duas caixas eletrificadas com duas tomadas de energia e uma de lógica em cada posto de trabalho na cor preta, conforme especificação geral, acabamento preto;</li> <li>- Referência: Linha Spina- Novara ou similar.</li> </ul> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">    </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <p>Wengue</p> <p>Weng Escuro</p> <p>Ébano 15</p> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">    </div> <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>




12	Gaveteiro Volante - 35 x 50 x 60 cm	<p>GAVETEIRO VOLANTE, 3 GAVETAS, SENDO UMA PARA PASTA, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo do gaveteiro em MDF 18mm;</li> <li>- Tampo em MDF 25mm;</li> <li>- Conjunto de três gavetas sendo duas pequenas na parte superior e uma grande na parte inferior, com frente em MDF 18mm, estrutura em chapa de aço dobrada sem partes afiadas;</li> <li>- Corrediças telescópicas em aço com sistema de travamento de gavetas;</li> <li>- Puxador cava lateral metálico, sem puxador aparente;</li> <li>- Fechadura frontal embutida com duas chaves;</li> <li>- Rodízio em silicone (quatro), com trava frontal. Dimensões: 35 x 50 x 60 cm</li> <li>- Referência: Linha Novara Gaveteiros ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
13	Armário Baixo 3 Portas - 120 x 50 x 73 cm	<p>ARMÁRIO BAIXO 3 PORTAS E COM PUXADOR CAVA, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo e portas do armário em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Tampo em MDF 25mm;</li> <li>- Fechadura em cada porta;</li> <li>- Contém uma prateleira central ajustável;</li> <li>- Dobradiça metálica com regulagem de porta;</li> <li>- Puxadores horizontais acessíveis;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras. Dimensões: 120 x 50 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha Credenza Novara ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
14	Armário Baixo 2 Portas - 80 x 50 x 73 cm	<p>ARMÁRIO BAIXO 2 PORTAS E COM PUXADOR CAVA, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo e portas do armário em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Tampo em MDF 25mm;</li> <li>- Fechadura em cada porta;</li> <li>- Contém uma prateleira central ajustável;</li> <li>- Dobradiça metálica com regulagem de porta;</li> <li>- Puxadores horizontais acessíveis;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras. Dimensões: 80 x 50 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha Credenza Novara ou similar.</li> </ul>

		 <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
15	Armário Baixo 1 Porta, com abertura à direita - 40 x 50 x 73 cm	<p>ARMÁRIO SIMPLES 1 PORTA E COM PUXADOR CAVA, PEDESTAL, COM ABERTURA À DIREITA, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo e portas do armário em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Tampo em MDF 25mm;</li> <li>- Fechadura em cada porta;</li> <li>- Contém uma prateleira central ajustável;</li> <li>- Dobradiça metálica com regulagem de porta;</li> <li>- Puxadores horizontais acessíveis;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras. Dimensões: 40 x 50 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha Credenza Novara ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
16	Armário Baixo 1 Porta, com abertura à esquerda - 40 x 50 x 73 cm	<p>ARMÁRIO SIMPLES 1 PORTA E COM PUXADOR CAVA, PEDESTAL, COM ABERTURA À ESQUERDA, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo e portas do armário em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Tampo em MDF 25mm;</li> <li>- Fechadura em cada porta;</li> <li>- Contém uma prateleira central ajustável;</li> <li>- Dobradiça metálica com regulagem de porta;</li> <li>- Puxadores horizontais acessíveis;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras. Dimensões: 40 x 50 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha Credenza Novara ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
17	Armário Médio 1 Porta – Adaptado para Bebedouro - 40 x 60 x 160 cm	<p>ARMÁRIO MÉDIO COM 1 PORTA, ADAPTADO PARA BEBEDOURO, SEM PRATELEIRA, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo e portas do armário em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Dobradiça metálica com regulagem de porta;</li> <li>- Puxadores horizontais acessíveis;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras;</li> <li>- Adaptado conforme projeto. Dimensões: 40 x 60 x 160 cm</li> <li>- Referência: Linha Guardare Novara ou similar.</li> </ul>

		 <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
18	Armário Médio Sem Portas para Micro-ondas e Frigobar - 60 x 60 x 160 cm	<p>ARMÁRIO MÉDIO SEM PORTAS ADAPTADO, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo armário em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Três prateleiras ajustáveis para utilização com frigobar e micro-ondas e apoio para cafeteira, em MDF 18mm;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras;</li> <li>- Adaptado conforme projeto. Dimensões: 60 x 60 x 160 cm</li> <li>- Referência: Linha Guardare Novara ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
19	Armário Alto Porta Única – Adaptado com Cabideiro - 60 x 60 x 190 cm	<p>ARMÁRIO ALTO COM PORTA ÚNICA, ADAPTADO COM CABIDEIRO, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo e portas do armário em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Dobradiça metálica com regulação de porta;</li> <li>- Puxadores horizontais acessíveis;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras;</li> <li>- Uma prateleira ajustável;</li> <li>- Um cabideiro em alumínio fixado com suportes nas laterais do armário;</li> <li>- Adaptado conforme projeto. Dimensões: 60 x 60 x 190 cm</li> <li>- Referência: Linha Guardare Novara ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>


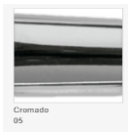
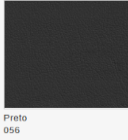



20	Armário Alto com Porta na parte superior para Micro-ondas e Frigobar - 60 x 60 x 190 cm	<p>ARMÁRIO ALTO COM PORTA NA PARTE SUPERIOR ADAPTADO, COMPOSTO DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo e portas em MDF 18mm, fundo 15mm;</li> <li>- Porta na parte superior;</li> <li>- Dobradiça metálica com regulagem de porta;</li> <li>- Puxadores horizontais acessíveis;</li> <li>- Base em aço;</li> <li>- Sapatas niveladoras;</li> <li>- Duas prateleiras ajustáveis em MDF 18mm;</li> <li>- Adaptado conforme projeto. Dimensões: 60 x 60 x 190 cm</li> <li>- Referência: Linha Guardare Novara ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
21	Armário Baixo com Tampo Único – 160 x 50 x 73 cm	<p>ARMÁRIO BAIXO COM TAMPO ÚNICO, COMPOSTO POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dois módulos de 80 cm conectados por tampo único 25mm;</li> <li>- Corpo do armário e portas em MDF 18mm, revestido nas faces externas em lâmina de madeira natural (referência Wengue, Weng escuro, Ébano 115), acabamento em verniz poliuretano com 5 camadas de aplicação e internamente em laminado melamínico preto;</li> <li>- Puxador metálico tipo cava superior, acessível;</li> <li>- Uma prateleira interna ajustável em cada módulo 18mm em laminado melamínico preto e fita de borda;</li> <li>- Sapatas niveladoras. Dimensões: 160 x 50 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha AR4 Alberflex ou similar.</li> </ul>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
22	Floreira - 120 x 28,2 x 73 cm	<p>FLOREIRA INDIVIDUAL ALTA SIMPLES</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Floreira em MDF 18mm;</li> <li>- Suporte metálico. Dimensões: 120 x 28,2 x 73 cm</li> <li>- Referência: Linha Floreiras - Novara ou similar.</li> </ul>   <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
<b>LOTE 2 – MOBILIÁRIO DIVERSOS</b>		

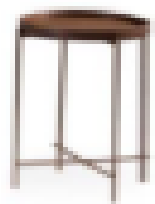
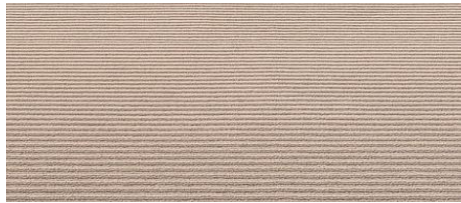

23	Mesa Lateral Redonda 30 com Base Sólida - 30 x 55 cm	<p>Mesa lateral redonda com base sólida</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo de mesa em MDF com acabamento em lâmina de madeira natural Tauari, rebaixamento interno de 1cm, recebe verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação;</li> <li>- Base sólida em madeira de reflorestamento com pintura em laca branca;</li> <li>- Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática epóxi na cor champagne/taupe fosca. Dimensões: 30 x 55 cm</li> </ul>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
24	Mesa Lateral Redonda com Tampo 45° - 55 x 57 cm	<p>Mesa lateral redonda com tampo 45°</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo de mesa em MDF 45° com acabamento em lâmina de madeira natural Tauari, recebe verniz de poliuretano com 5 camadas de aplicação;</li> <li>- Estrutura em aço carbono e pés circulares, com pintura eletrostática epóxi na cor champagne/taupe fosca. Dimensões: 55 x 57 cm</li> </ul>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
25	Mesa Tampo Irregular – Maior - 77 x 48,6 x 40 cm	<p>Mesa com tampo irregular (maior)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo orgânico em mármore branco 2cm, polido na face superior e lateral;</li> <li>- Estrutura em aço carbono com pintura na cor cinza urano liso;</li> <li>- Pés com revestimento em carpete. Dimensões: 77 x 48,6 x 40 cm</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
26	Mesa Tampo Irregular – Menor - 45,6 x 45,7 x 45 cm	<p>Mesa com tampo irregular (menor)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tampo orgânico em mármore branco 2cm, polido na face superior e lateral;</li> <li>- Estrutura em aço carbono com pintura na cor cinza urano liso;</li> <li>- Pés com revestimento em carpete. Dimensões: 45,6 x 45,7 x 45 cm</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
27	Cadeira Estofada com Braços - 55 x 62 x 84 cm	<p>CADEIRA HOSPITALITY KIND BAIXA - LINHA HOSPITALITY MARELLI OU SIMILAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estofada com 4 pés de madeira natural de reflorestamento, braços fixos e ergonômica;</li> <li>- Encosto com espuma poliuretano laminada 20mm, densidade D23;</li> <li>- Assento em espuma poliuretano laminada 12mm e espuma D33;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ambos revestidos em Vinílico, cor “CO - Couro”.</li> <li>- Estrutura dos pés em madeira de eucalipto, acabamento, cor: Tauari;</li> <li>- Pés com revestimento em carpete. Dimensões: 55 x 62 x 84 cm</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
28	Cadeira com Braços e Base Giratória - 59 x 46 x 82 cm	<p>CADEIRA GIRATÓRIA ANABELE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadeira giratória em formato de concha;</li> <li>- Base em estrutura de reflorestamento e lâmina de madeira natural Tauari, pintura feita em verniz PU fosco;</li> <li>- Assento reforçado com chapa multilaminada evitando que o a espuma D28 (certificada) afunde;</li> <li>- Encosto com espuma D26 (certificada);</li> <li>- Tecido tipo linho 100% poliéster com costura reforçada, conforme imagem ilustrativa;</li> <li>- Pés com acabamentos em carpete. Cor: Couro Natural. Dimensões: 59 x 46 x 82 cm</li> </ul>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
29	Poltrona com Braços e Base Giratória - 83 x 72 x 76 cm	<p>HOSPITALITY POLTRONA CORA - LINHA HOSPITALITY MARELLI OU SIMILAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Poltrona com base giratória e espaldar baixo;</li> <li>- Estrutura em alumínio injetado (liga SAE 305) com aplicação de lâmina natural de madeira Tauari.</li> <li>- Fixação da estrutura externa por meio de porcas de garra estampadas em aço carbono e parafusos M6 x 35mm, com cabeça flangeada e sextavado interno e externo com trava rosca.</li> <li>- Sapata fixa injetada em nylon, com regulagem de altura;</li> <li>- Assento concha e encosto confeccionados em espuma de poliuretano com densidade D25.</li> <li>- Acabamento interno do encosto e assento em tecido quaker, cor “961- Palha” e Vinílico Expressões, cor “701- Mel”.</li> <li>- Pés com acabamento em carpete. Dimensões: 83 x 72 x 76 cm</li> </ul>  <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>



30	Poltrona Fixa com Braços - 65 x 70 x 77 cm	<p>Poltrona Arco</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Poltrona com braços em formato de arco e pés fixos;</li> <li>- Estrutura parafusada de madeira de reflorestamento com lâmina de madeira Tauari, pintura feita em verniz PU;</li> <li>- Assento reforçado com chapa multilaminada evitando que o a espuma D28 (certificada);</li> <li>- Encosto com espuma D26 (certificada);</li> <li>- Tecido tipo linho 100% poliéster com costura reforçada, conforme cor da imagem ilustrativa;</li> <li>- Pés com acabamentos em carpete. Dimensões: 65 x 70 x 77 cm</li> </ul>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
31	Sofá 3 Lugares - 185 x 81,5 x 72 cm	<p>SOFÁ ESPERA 3 LUGARES – ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO-LINHA CAVALETTI BOX OU SIMILAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assento: Compensado multilaminado com 10mm de espessura; Espuma expandida/laminada com 20mm de espessura média e densidade de 23 kg/m³, Almofada confeccionada em espuma expandida/laminada com 150mm de espessura média e densidade de 26 kg/m³, revestimento em Couro Natural, cor Preto.</li> <li>- Encosto: Compensado multilaminado com 18mm de espessura, espuma expandida/laminada com 40mm de espessura média e densidade de 23 kg/m³; Espuma expandida/laminada com 30mm de espessura média e densidade de 23 kg/m³; Revestimento em Couro Natural, cor Preto.</li> <li>- Laterais: Chapa em Eucatex 3mm de espessura; Espuma expandida/laminada com 20mm de espessura média e densidade de 23 kg/m³; Revestimento em Couro Natural, cor Preto.</li> <li>- Estrutura: Madeira de 25,40mm (1") de espessura média; Estrutura tubular externa confeccionada em tubo de aço industrial redondo SAE 1020 com 25,40mm de diâmetro (1"), parede 2,25mm e base da estrutura em tubo de aço industrial redondo SAE 1020 com 15,87mm de diâmetro (5/8") e parede 1,90mm.</li> <li>- Acabamento: Componentes metálicos internos e parafusos de fixação preparados através de processo de zincagem;</li> <li>- Acabamento em banho de cromo com base niquelada sobre aço polido tratado quimicamente, com espessura de camada que atende requisitos de resistência e durabilidade.</li> <li>- Toda costura aparente deverá ser dupla com linha 100% poliamida reforçada na mesma cor do tecido. Dimensões: 185 x 81,5 x 72 cm</li> </ul>   <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
32	Sofá 2 Lugares - 135 x 81,5 x 72 cm	<p>SOFÁ ESPERA 2 LUGARES - ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO - LINHA CAVALETTI BOX OU SIMILAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assento: Compensado multilaminado com 10mm de espessura; Espuma expandida/laminada com 20mm de espessura média e densidade de 23 kg/m³, Almofada confeccionada em espuma expandida/laminada com 150mm de espessura média e densidade de 26 kg/m³, revestimento em Couro Natural, cor Preto.</li> <li>- Encosto: Compensado multilaminado com 18mm de espessura, espuma expandida/laminada com 40mm de espessura média e</li> </ul>

		<p>densidade de 23 kg/m³; Espuma expandida/laminada com 30mm de espessura média e densidade de 23 kg/m³; Revestimento em Couro Natural, cor Preto.</p> <p>- Laterais: Chapa em Eucatex 3mm de espessura; Espuma expandida/laminada com 20mm de espessura média e densidade de 23 kg/m³; Revestimento em Couro Natural, cor Preto.</p> <p>- Estrutura: Madeira de 25,40mm (1") de espessura média; Estrutura tubular externa confeccionada em tubo de aço industrial redondo SAE 1020 com 25,40mm de diâmetro (1"), parede 2,25mm e base da estrutura em tubo de aço industrial redondo SAE 1020 com 15,87mm de diâmetro (5/8") e parede 1,90mm.</p> <p>- Acabamento: Componentes metálicos internos e parafusos de fixação preparados através de processo de zincagem;</p> <p>- Acabamento em banho de cromo com base niquelada sobre aço polido tratado quimicamente, com espessura de camada que atende requisitos de resistência e durabilidade.</p> <p>- Toda costura aparente deverá ser dupla com linha 100% poliamida reforçada na mesma cor do tecido. Dimensões: 135 x 81,5 x 72 cm</p>
		   <p><i>Imagens Ilustrativas.</i></p>
33	Sofá 2 Lugares - 200 x 95 x 85 cm	<p>Sofá Royal</p> <p>- Estrutura com chapa composta e madeira e eucalipto reflorestada, com tratamento antimoho, seca em estufa</p> <p>- Montagem com grampos não oxidantes</p> <p>- Assento fixo, molas helicoidais com cintas elásticas, espumas D-28 AS/D-35 Soft, manta de fibra poliéster</p> <p>- Encosto fixo, com almofada solta</p> <p>- Pés com metal laminado de madeira na cor nogueira. Dimensões: 200 x 95 x 85 cm</p>   <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
34	Mesa Lateral de Apoio Pequena - 30 x 60 cm	<p>Mesa lateral de apoio pequena</p> <p>- Mesa com tampo e estrutura metálica em aço carbono;</p> <p>- Base inferior menor que o tampo;</p> <p>- A estrutura não centralizada permite sua utilização como mesinha de apoio;</p> <p>- Acabamento em pintura epóxi liso fosco, cor Tiger</p> <p>- Referência: Linha Novara Med ou similar;</p> <p>- Proteção da base com carpete. Dimensões: 30 x 60 cm</p>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
35	Mesa Lateral com Tampo em Madeira - 50 x 50 cm	<p>Mesa lateral com tampo em madeira</p> <p>- Tampo em madeira de reflorestamento com lâmina de madeira Tauari, pintura feita em verniz PU;</p> <p>- Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática epóxi na cor champagne/taupe fosca;</p>

		<p>- Base com quatro pés e amarração em X; - Pés com acabamentos em carpete. Dimensões: 50 x 50 cm</p>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
<b>LOTE 3 - TAPETES</b>		
36	Tapete Neutro - 150 x 100 cm	<p>Tapete retangular estilo moderno industrializado com medidas de 150 x 100 cm (ou medidas superiores), com listras ou sem; tendo o Cinza, Bege ou tons pastéis como cor predominante. Fabricado em trama de toque aveludado composta de algodão, lã, viscose e poliéster, com base reforçada (100% em poliéster ou material similar), com 500 mil pontos por m<sup>2</sup> ou acima desse valor, espessura de 7 mm ou superior, encorpado com gramatura de 700 gr/m<sup>2</sup> ou superior. Acabamento de borda em debrum e/ou franjas com costuras reforçada.</p>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>
37	Tapete Neutro - 250 x 150 cm	<p>Tapete retangular estilo moderno industrializado com medidas de 250 x 150 cm (ou medidas superiores), com listras ou sem; tendo o Cinza, Bege ou tons pastéis como cor predominante. Fabricado em trama de toque aveludado composta de algodão, lã, viscose e poliéster, com base reforçada (100% em poliéster ou material similar), com 500 mil pontos por m<sup>2</sup> ou acima desse valor, espessura de 7 mm ou superior, encorpado com gramatura de 700 gr/m<sup>2</sup> ou superior. Acabamento de borda em debrum e/ou franjas com costuras reforçada.</p>
38	Tapete Clássico - 150 x 200 cm	<p>Tapete retangular estilo moderno industrializado com medidas de 150 x 200 cm (ou medidas superiores), desenho de medalhão ou mosaico com detalhes em flores, folhas e arabescos com barra também floral; tendo o VERMELHO ou VINHO (bordô) como cor predominante. Fabricado em trama de toque aveludado composta de algodão, lã, viscose e poliéster, com base reforçada (100% em poliéster ou material similar), com 500 mil pontos por m<sup>2</sup> ou acima desse valor, espessura de 7 mm ou superior, encorpado com gramatura de 700 gr/m<sup>2</sup> ou superior. acabamento de borda em debrum e/ou franjas com costuras reforçadas.</p>  <p><i>Imagem Ilustrativa.</i></p>

39	Tapete Clássico - 150 x 100 cm	Tapete retangular estilo Clássico industrializado com medidas de 150 x 100 cm (ou medidas superiores), desenho de medalhão ou mosaico com detalhes em flores, folhas e arabescos com barra também floral; tendo o VERMELHO ou VINHO (bordô) como cor predominante. Fabricado em trama de toque aveludado composta de algodão, lã, viscose e poliéster, com base reforçada (100% em poliéster ou material similar), com 500 mil pontos por m <sup>2</sup> ou acima desse valor, espessura de 7 mm ou superior, encorpado com gramatura de 700 gr/m <sup>2</sup> ou superior. acabamento de borda em debrum e/ou franjas com costuras reforçadas.
40	Tapete Clássico - 250 x 150 cm	Tapete retangular estilo Clássico industrializado com medidas de 250 x 150 cm (ou medidas superiores), desenho de medalhão ou mosaico com detalhes em flores, folhas e arabescos com barra também floral; tendo o VERMELHO ou VINHO (bordô) como cor predominante. Fabricado em trama de toque aveludado composta de algodão, lã, viscose e poliéster, com base reforçada (100% em poliéster ou material similar), com 500 mil pontos por m <sup>2</sup> ou acima desse valor, espessura de 7 mm ou superior, encorpado com gramatura de 700 gr/m <sup>2</sup> ou superior. acabamento de borda em debrum e/ou franjas com costuras reforçadas.
41	Tapete Clássico - 300 x 200 cm	Tapete retangular estilo moderno industrializado com medidas de 300 x 200 cm (ou medidas superiores), desenho de medalhão ou mosaico com detalhes em flores, folhas e arabescos com barra também floral; tendo o VERMELHO ou VINHO (bordô) como cor predominante. Fabricado em trama de toque aveludado composta de algodão, lã, viscose e poliéster, com base reforçada (100% em poliéster ou material similar), com 500 mil pontos por m <sup>2</sup> ou acima desse valor, espessura de 7 mm ou superior, encorpado com gramatura de 700 gr/m <sup>2</sup> ou superior. acabamento de borda em debrum e/ou franjas com costuras reforçadas.

### **DA TOLERÂNCIA OU VARIAÇÕES DE ESPECIFICAÇÕES:**

As especificações dos objetos listados constituem o tipo de bem que esta Corte pretende adquirir, estando passíveis de desclassificação licitantes que apresentarem proposta de material divergente do especificado.

As dimensões indicadas em cada item constituem limites mínimos e máximos e deverão ser rigorosamente observadas. Será admitida tolerância e variação dimensional de até 5% em relação às medidas previstas no TR, desde que: (I) sejam respeitados os limites mínimos e máximos estabelecidos na ABNT e demais normas aplicáveis; e (II) não haja prejuízo à ergonomia, à estabilidade, à funcionalidade do conjunto e à conformidade com as normas pertinentes, em especial a NR-17 e as normas ABNT correlatas (p.ex., ABNT NBR 13961 e ABNT NBR 13966).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**Minuta**

**CONTRATO Nº 00X/2026/TJPA**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, PARA A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração, Senhor **MAURÍCIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, doravante denominada **CONTRATADA**, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx– UF. CEP xx.xxx-xxx, Tel./Fax: (0xx) xxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, apresentados nos autos, resolvem celebrar, perante as testemunhas que subscrevem, o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato é decorrente do Pregão Eletrônico n.º 019/2026, fundamentada na Lei 14.133/2021, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0012656-33.2026.8.14.0900.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto deste instrumento é a aquisição de mobiliários diversos, incluindo balcões, mesas retas e plataformas de trabalho, armários, cadeiras, poltronas, sofás, tapetes e floreiras, com fornecimento, transporte, entrega e, quando aplicável, montagem e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

instalação, destinados à estruturação dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1 O Termo de Referência;
- 2.2 O Edital da Licitação;
- 2.3 A Proposta do CONTRATADO;
- 2.4 2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As especificações técnicas e quantidades dos itens que compõem os 03 (três) lotes, estão descritas no termo de referência e seus anexos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da última assinatura do contrato, com eficácia legal após a publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente contrato não será prorrogado.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total do contrato é de R\$ xxx.xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx) reais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor total estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusos tributos e/ou impostos, encargos sociais,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente no Banco xxxxxxxxxxxxxx; Agência: xxxxx Conta corrente: xxxxxxxxxxxx, mediante a apresentação de fatura emitida pelo contratado em correspondência ao objeto executado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/04/2026 conforme art. 89, da Instrução Normativa 02/2024 do TJPA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

PARÁGRAFO QUARTO - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO QUINTO - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SEXTO - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PARÁGRAFO OITAVO - Cientificar a Secretaria de Administração do TJPA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO NONO - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá apreciar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do protocolo do requerimento, as matérias tratadas no PARÁGRAFO NONO, podendo esse prazo ser prorrogado, de forma excepcional e mediante justificativa, por igual período, quando a análise demandar maior complexidade

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Responder, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo contratado, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, ressalvado que, em casos de maior complexidade, o prazo poderá ser estendido, mediante justificativa formal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O prazo previsto no PARÁGRAFO DÉCIMO E DÉCIMO PRIMEIRO será suspenso nos casos em que for atestado a não entrega da documentação necessária para fundamentar a solicitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as disposições a seguir:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Disponibilizar número telefônico, e-mail ou outro meio hábil para contato pelo contratante, bem como os dados do responsável pelo atendimento

PARÁGRAFO SEGUNDO - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado entre as partes, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**PARÁGRAFO QUARTO** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 1990, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exista, o valor correspondente aos danos sofridos, assegurado o contraditório e ampla defesa;

**PARÁGRAFO QUINTO** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**PARÁGRAFO SEXTO** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**PARÁGRAFO OITAVO** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução contratual.

**PARÁGRAFO NONO** - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas no parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de extinção do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica por meio de rede própria, credenciada ou autorizada, devendo a contratada assegurar canais de atendimento eficazes para registro e acompanhamento das ocorrências.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Fornecer todos os materiais, equipamentos e ferramentas, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas para reparo ou correção dos itens que apresentarem defeitos, no prazo de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os dados obtidos em razão deste contrato administrativo somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO QUINTO - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

PARÁGRAFO SEXTO - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

PARÁGRAFO ÚNICO - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de garantia contratual dos mobiliários, complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os itens constantes do Lote 1 – Mobiliário em MDF e do Lote 2 – Mobiliários Diversos, a garantia mínima deverá ser de 05 (cinco) anos, abrangendo, no que couber, defeitos estruturais, falhas em mecanismos, problemas de acabamento, desgaste prematuro e quaisquer inconformidades que comprometam a funcionalidade e a durabilidade dos bens.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para os itens constantes do Lote 3 – Tapetes, a garantia mínima deverá ser de 02 (dois) anos, abrangendo, especialmente, defeitos de fabricação, falhas na trama, perda excessiva de fios e desbotamento ou alteração de cor, desde que não decorrentes de uso inadequado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As condições de manutenção e de assistência técnica, estão expressamente definidas no Termo de Referência, incluindo, os prazos de atendimento, forma de acionamento, abrangência dos serviços e responsabilidades da contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**2.1 Advertência;**

2.1.1 - Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

2.1.2 - A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

**2.2 Impedimento de licitar e contratar;**

2.2.1 A contratada ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

2.2.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2.2.1.2 dar causa à inexecução total do contrato;

2.2.1.3 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

2.2.1.4 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

2.2.1.5 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

2.2.1.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

**2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**

2.3.1 Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

2.3.1.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

2.3.1.2 fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;

2.3.1.3 comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza

2.3.1.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

2.3.1.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**2.4 Multa:**

A aplicação se dará conforme o item– DAS SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES, do Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 58 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 7º, §1º da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação (art. 39 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa n. 03/2024-GP que regulamentou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, o procedimento para apuração e aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 28 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

15.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;  
e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

15.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**PARÁGRAFO QUARTO** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A alteração social ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme dispõe o art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO NONO** - O CONTRATANTE poderá ainda:

1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO– O contrato também poderá ser extinto caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça do Pará, para o exercício de 202X, na classificação abaixo:

- Ação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
- Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxxxx
- Fonte: xxxxxxxx

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelo art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e não podem transfigurar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela equipe de gestão e fiscalização designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA INTERPRETAÇÃO**

PARÁGRAFO ÚNICO - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE**

PARÁGRAFO ÚNICO - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem assim, justos e acordados, firma-se o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Secretário de Administração Tribunal de Justiça do Pará.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Representante da Contratada **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**